



# Demonstrações Financeiras 2022

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**Junto Resseguros S.A.**

CNPJ/MF Nº 09.594.758/0001-70

Rua Visconde de Nacar, 1440 | Curitiba/PR

### RELATÓRIO DA ADMINISTRAÇÃO

#### Senhores Acionistas,

Submetemos à apreciação de V. Sas. as Demonstrações financeiras da Junto Resseguros S.A. ("Junto" ou "Companhia") relativas ao exercício findo em 31 de dezembro de 2022, em consonância com as práticas adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela Superintendência de Seguros Privados ("SUSEP"), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados ("CNSP"), acompanhadas das respectivas Notas Explicativas, do Relatório dos Auditores Independentes, do Parecer dos Atuários Independentes e do Relatório do Comitê de Auditoria.

#### Desempenho Financeiro

Em 2022, a Companhia atingiu um *market share* de 32% na categoria riscos financeiros (dados SUSEP - novembro/2022). O volume de prêmios de resseguros emitidos líquidos foi de R\$ 342,5 milhões (R\$ 326,0 milhões em 2021) e o patrimônio líquido ao final do exercício totalizou R\$ 288,0 milhões (R\$ 267,4 milhões em 2021). O lucro líquido, por sua vez, atingiu R\$ 51,7 milhões (R\$ 20,6 milhões em 2021), representando um ROAE de

18,6%. O sólido desempenho financeiro e posição patrimonial se refletem em nossos *ratings*, equivalentes a "brAAA" pela Standard & Poor's e a "A - Excelente" na escala internacional pela AMBest.

#### Política de reinvestimentos de lucros e de Distribuição de Dividendos

De acordo com o estatuto social da Companhia, 5% do lucro líquido do exercício é destinado à reserva legal, limitada a 20% do capital social. Os dividendos mínimos são de 25% sobre o lucro líquido após a destinação da reserva legal. O saldo remanescente é destinado à reserva de lucros, limitado ao total do capital social. Em abril de 2022, foram pagos R\$ 4,9 milhões como dividendos mínimos obrigatórios e R\$ 14,7 milhões como dividendos discricionários, decorrentes do resultado do exercício de 2021. Em dezembro de 2022, foram destacados R\$ 17,4 milhões como juros sobre o capital próprio, em montante superior ao constante no estatuto social da Companhia, para distribuição aos seus acionistas, decorrentes do resultado do exercício de 2022.

#### Combate à Fraude e Lavagem de Dinheiro

A Companhia possui controles internos efetivos e consistentes com a natureza, complexidade e riscos das operações realizadas, de acordo com a forma da lei e da regulamentação vigentes. Os controles internos no combate à fraude e lavagem de dinheiro, contemplam a identificação, a avaliação, o controle e o monitoramento dos riscos envolvidos em situações relacionadas a fraude e lavagem de dinheiro, com relação aos produtos comercializados, negociações privadas, operações de compra e venda de ativos e demais práticas operacionais.

#### Agradecimentos

Agradecemos aos nossos acionistas, clientes e parceiros de negócios pela preferência e confiança e aos nossos colaboradores pelo esforço, competência e lealdade que possibilitaram os resultados alcançados nesse exercício.

Curitiba, 13 de fevereiro de 2023

Diretoria

### BALANÇOS PATRIMONIAIS

#### Em 31 de dezembro de 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Ativo	Notas	2022		2021		Passivo	Notas	2022		2021	
<b>Circulante</b>		714.411	699.709			<b>Circulante</b>		585.673	490.881		
Disponível		156	5.776			Contas a pagar	9	18.053	7.992		
Caixa e Bancos		156	5.776			Obrigações a pagar		16.797	5.963		
Aplicações	6	141.804	215.266			Impostos e encargos sociais a recolher		525	259		
<b>Créditos das operações com resseguros e retrocessões</b>	7	251.039	202.559			Encargos trabalhistas		102	98		
Operações com seguradoras		216.268	178.499			Impostos e contribuições		18	1.574		
Operações com retrocessionárias		29.401	22.483			Outras contas a pagar		611	98		
Outros créditos operacionais		5.370	1.577			<b>Débitos de operações com resseguros e retrocessões</b>	10	190.145	155.171		
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas</b>	8	317.437	273.696			Prêmios a restituir	10.a	7.208	5.595		
<b>Títulos e créditos a receber</b>		3.736	2.412			Operações com retrocessionárias	10.b	182.937	149.576		
Títulos e créditos a receber		304	390			<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>	11   12	377.475	327.718		
Créditos tributários		3.426	2.019			<b>Passivo não circulante</b>		591.220	566.537		
Outros créditos		6	3			Contas a pagar		1.376	-		
<b>Despesas Antecipadas</b>		239	-			Obrigações a pagar		1.376	-		
<b>Não circulante</b>		750.549	625.072			<b>Débitos de operações com resseguros e retrocessões</b>		89.246	98.628		
Aplicações	6	230.108	118.931			Operações com retrocessionárias	10.b	89.246	98.628		
<b>Créditos das operações com resseguros e retrocessões</b>	7	97.627	107.940			<b>Provisões técnicas - resseguradoras</b>	11   12	500.573	467.851		
Operações com seguradoras		97.627	107.940			<b>Outros débitos</b>		25	58		
<b>Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas</b>	8	422.557	398.073			Provisões judiciais		25	58		
<b>Títulos e créditos a receber</b>		250	72			<b>Patrimônio líquido</b>	13   14	288.067	267.363		
Investimentos		-	7			Capital social		212.113	212.113		
Outros investimentos		-	7			Reservas de lucros		77.914	58.279		
<b>Imobilizado</b>		3	45			Ajustes com títulos e valores mobiliários		(1.960)	(3.029)		
Bens móveis		3	45								
<b>Intangível</b>		4	4								
Outros intangíveis		4	4								
<b>Total do Ativo</b>		1.464.960	1.324.781			<b>Total do Passivo e Patrimônio líquido</b>		1.464.960	1.324.781		

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DAS MUTAÇÕES DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO

#### Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021 (Em milhares de Reais)

Saldos em 1º de janeiro de 2021	Capital social	Reservas de Lucros		Ajuste a valor de mercado		Lucros acumulados	Total
		Reserva legal	Outras reservas de lucros	Títulos e valores mobiliários	Lucros acumulados		
	212.113	23.111	19.451	(201)	-	254.474	254.474
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	20.613	20.613	20.613
Reserva Legal (nota 13.c)	-	1.031	-	-	(1.031)	-	-
Dividendos obrigatórios propostos (nota 13.c)	-	-	-	-	(4.896)	(4.896)	(4.896)
Outras reservas de lucros	-	-	14.686	-	(14.686)	-	-
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	(2.828)	-	(2.828)	(2.828)
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2021</b>	<b>212.113</b>	<b>24.142</b>	<b>34.137</b>	<b>(3.029)</b>	<b>-</b>	<b>267.363</b>	<b>267.363</b>
<b>Saldos em 1º de janeiro de 2022</b>	<b>212.113</b>	<b>24.142</b>	<b>34.137</b>	<b>(3.029)</b>	<b>-</b>	<b>267.363</b>	<b>267.363</b>
Proposta para distribuição de dividendos complementares (nota 13.c)	-	-	(14.686)	-	-	(14.686)	(14.686)
Lucro líquido do exercício	-	-	-	-	51.722	51.722	51.722
Reserva Legal (nota 13.c)	-	2.586	-	-	(2.586)	-	-
Juros sobre o capital próprio (nota 13.c)	-	-	-	-	(17.401)	(17.401)	(17.401)
Outras reservas de lucros	-	-	31.735	-	(31.735)	-	-
Ajuste a valor de mercado com títulos e valores mobiliários	-	-	-	1.069	-	1.069	1.069
<b>Saldos em 31 de dezembro de 2022</b>	<b>212.113</b>	<b>26.728</b>	<b>51.186</b>	<b>(1.960)</b>	<b>-</b>	<b>288.067</b>	<b>288.067</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

#### (Em milhares de Reais)

#### 1 CONTEXTO OPERACIONAL

A Junto Resseguros S.A., ("Companhia"), constituída por meio da Assembleia Geral de Constituição em 7 de maio de 2008, obteve autorização para operar em todo território nacional, por meio da Portaria SUSEP nº 2.942 de 23 de maio de 2008, tendo como objetivo social efetuar operações de resseguro e retrocessão no segmento de ramos de danos, podendo ainda participar como acionista em outras sociedades, observadas as disposições legais e estatutárias pertinentes. Tem como único acionista a Junto Holding Brasil S.A. (Controladora), a qual é uma joint venture entre Paraná Banco S.A. (50,5%) e Travelers Brazil Acquisitions LLC (49,5%). O endereço registrado da sede da Companhia é Rua Visconde de Nacar, 1440, 15º andar, Centro, Curitiba - Paraná, CEP 80.410-201. Em 13 de fevereiro de 2023 as demonstrações financeiras foram concluídas e aprovadas pela Diretoria, as quais tiveram autorização para sua divulgação a partir desta data.

#### 2 APRESENTAÇÃO DAS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

As demonstrações financeiras foram elaboradas em consonância com as práticas contábeis adotadas no Brasil aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados (SUSEP), incluindo as normas expedidas pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP).

Na elaboração das presentes demonstrações financeiras, foi observado o modelo de publicação contido na Circular nº 648/2021, sendo apresentadas seguindo os critérios de comparabilidade estabelecidos pelo Pronunciamento CPC 26 (R1).

As demonstrações financeiras foram elaboradas de acordo com o princípio do custo histórico, com exceção para os ativos financeiros mensurados pelo valor justo por meio do resultado e os ativos financeiros disponíveis para venda mensurados pelo valor justo.

A Administração considera que a Companhia possui recursos para dar continuidade a seus negócios no futuro. Adicionalmente, a Administração não tem conhecimento de nenhuma incerteza material que possa gerar dúvidas significativas sobre a capacidade de continuar operando. Portanto, as demonstrações financeiras foram preparadas com base nesse princípio de continuidade.

#### Moeda funcional e de apresentação

A moeda do ambiente econômico principal no qual a Companhia opera, utilizada na preparação das demonstrações financeiras é o Real (R\$). Todos os valores estão apresentados em milhares de reais, arredondados pela casa decimal mais próxima, exceto quando indicado de outra forma.

#### 3 RESUMO DAS PRINCIPAIS PRÁTICAS CONTÁBEIS

##### a. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas. Estimativas e premissas são revistas de maneira contínua. Revisões com relação a estimativas contábeis são reconhecidas no período em que as estimativas são revisadas e em quaisquer períodos futuros afetados. As análises dessas estimativas incluem: (i) informações sobre julgamentos críticos referentes às políticas contábeis adotadas que tem efeitos significativos sobre os valores reconhecidos nas demonstrações contábeis intermediárias; e (ii) informações sobre incertezas, sobre premissas e estimativas que possuem um risco significativo de resultar em um ajuste material dentro do próximo período contábil.

Ativos e passivos significativos sujeitos a essas estimativas e premissas incluem:

- Contratos de resseguros (nota explicativa 3.c); e
- Provisões técnicas (notas explicativas 8, 10, 11 e 12).

##### b. Segregação entre circulante e não circulante

A Companhia efetua a revisão dos valores registrados no ativo e passivo circulante mensalmente, com o objetivo de classificar para o não circulante aqueles cujas expectativas de realização ultrapassem o prazo de 12 meses subsequentes à respectiva data-base. Ativos e/ou passivos de impostos de renda e contribuição social diferidos são classificados no ativo ou passivo não circulante e compensados quando atendido os critérios definidos pelo CPC 32 - Tributos sobre o lucro.

Ativos e passivos de provisões técnicas estão registrados no circulante e não circulante conforme a respectiva expectativa de realização atualizada anualmente. Os demais ativos e passivos sem vencimento definido tiveram seus valores registrados como circulante.

##### c. Contratos de resseguros

O contrato de resseguro é classificado como contrato de seguro porque ele também é definido como uma operação em que o emitente aceita um risco de seguro significativo de outra parte, aceitando compensação no caso da ocorrência de um acontecimento futuro, incerto e específico que possa afetá-lo adversamente, nos termos do CPC 11 - contratos de seguro. Os resseguros são tipicamente divididos entre as seguintes modalidades:

##### Contratos facultativos

Destina-se a uma operação isolada, negociada entre segurador direto e o ressegurador. Nesta modalidade, o contrato de resseguro é firmado para um risco isolado.

##### Contratos automáticos

Nesta modalidade a cedente e a Companhia definem previamente a estrutura do contrato

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS

#### Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

##### (Em milhares de Reais, exceto o lucro líquido por lote de mil ações)

	Nota	2022	2021
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		342.537	326.083
<b>Variáveis das provisões técnicas</b>		(59.350)	(97.250)
<b>Prêmios ganhos</b>	15.a	283.187	228.833
<b>Sinistros ocorridos</b>	15.b	(55.114)	(35.709)
<b>Outras despesas operacionais</b>		(2)	(2.267)
<b>Resultado com retrocessão</b>	15.c	(160.141)	(141.215)
<b>Despesas administrativas</b>	15.e	(12.501)	(8.768)
<b>Despesas com tributos</b>	15.f	(9.118)	(7.531)
<b>Resultado financeiro</b>	15.g	32.618	3.328
<b>Resultado operacional</b>		78.929	36.671
<b>Ganhos com ativos não correntes</b>		40	-
<b>Resultado antes dos impostos e participações</b>		78.969	36.671
Imposto de renda e contribuição social corrente	16	(24.015)	(14.900)
Imposto de renda e contribuição social diferido	16	178	(323)
Participações sobre o resultado	18	(3.410)	(835)
<b>Lucro líquido do exercício</b>		<b>51.722</b>	<b>20.613</b>
Quantidade de ações		473.650.441	473.650.441
Lucro líquido por lote de mil ações - R\$		109.20	43.52

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS RESULTADOS ABRANGENTES

#### Exercícios findos em 31 de dezembro 2022 e 2021

##### (Em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>Demonstrações de resultados abrangentes</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>51.722</b>	<b>20.613</b>
Variável no valor de mercado dos ativos financeiros disponíveis para venda	1.781	(4.713)
Imposto de renda e contribuição social sobre resultados abrangentes	(712)	1.885
<b>Resultado abrangente total</b>	<b>52.791</b>	<b>17.785</b>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

### DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA - MÉTODO INDIRETO

#### Exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021

##### (Em milhares de Reais)

	2022	2021
<b>Atividades operacionais</b>		
<b>Lucro líquido do exercício</b>	<b>51.722</b>	<b>20.613</b>
<b>Ajustes para:</b>		
Depreciação e amortização	43	26
Provisões técnicas	133.156	158.251
Provisões técnicas de ativo de resseguro	(108.472)	(121.261)
Redução do valor recuperável de ativos	2.958	(589)
Provisão para imposto de renda e contribuição social	23.838	15.223
Outras provisões	(33)	27
	103.212	72.290

#### Variável nas contas patrimoniais:

Ativos financeiros	(35.934)	(35.326)
Créditos das operações com resseguros e retrocessão	(41.124)	(43.500)
Créditos fiscais e previdenciários	(1.584)	256
Despesas antecipadas	(239)	-
Ativos de retrocessão - provisões técnicas	40.246	46.099
Outros ativos	89	(127)
Fornecedores e outras contas a pagar	220	228
Impostos e contribuições	285	455
Débitos de operações com seguros e resseguros	25.592	35.741
Provisões técnicas - Seguros e resseguros	(50.677)	(50.840)
<b>Caixa gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>40.086</b>	<b>25.276</b>
Imposto sobre lucro pagos	(26.125)	(13.486)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades operacionais</b>	<b>13.961</b>	<b>11.790</b>

#### Atividades de financiamento

Pagamento de dividendos ou juros sobre o capital próprio	(19.581)	(6.484)
<b>Caixa líquido consumido nas atividades de financiamento</b>	<b>(19.581)</b>	<b>(6.484)</b>
<b>(Redução) aumento líquido de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(5.620)</b>	<b>5.306</b>
Caixa e equivalente de caixa no início do exercício	5.776	470
Caixa e equivalente de caixa no final do exercício	156	5.776

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras

abrangendo, dentre outros itens, a responsabilidade da Companhia sobre os riscos e as condições em que esses riscos podem ser automaticamente incluídos no contrato de resseguro.

#### Contratos não proporcionais

Nessa modalidade, a Companhia estabelece junto a uma entidade resseguradora, um teto de cobertura (excesso de danos), de modo que a Companhia será indenizada quando o valor de um evento ultrapassar um montante definido previamente (prioridade) até um limite máximo (limite de cobertura).

#### d. Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem recursos financeiros com a finalidade de atender a compromissos de caixa de curto prazo, possuindo conversibilidade imediata em montante conhecido de caixa e sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor.



# Demonstrações Financeiras 2022

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**Junto Resseguros S.A.**  
CNPJ/MF Nº 09.594.758/0001-70  
Rua Visconde de Nacar, 1440 | Curitiba/PR

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

transferido para o resultado.

(ii) "Títulos mantidos até o vencimento" - compreendem os títulos e valores mobiliários para os quais a Administração possui a intenção e a capacidade financeira de mantê-los até o vencimento, sendo contabilizados ao custo de aquisição, acrescido dos rendimentos auferidos até a data-base das demonstrações financeiras.

(iii) "Títulos mensurados ao valor justo por meio do resultado" - títulos e valores mobiliários são classificados pelo valor justo por meio do resultado quando a Companhia gerencia tais investimentos e toma decisão de compra e venda baseada em seus valores justos de acordo com a gestão de riscos e estratégia de investimentos, sendo contabilizados pelo valor justo por meio do resultado, e mudanças no valor justo desses ativos são reconhecidas no resultado do exercício.

**f. Crédito das operações com resseguros e retrocessões, títulos e outros créditos a receber, ativos de retrocessão e custos de aquisição diferidos**

Demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer provisões para perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias auferidos até as datas de encerramento do balanço, combinados com os seguintes aspectos:

- Ativos de retrocessão - provisões técnicas referem-se a: (i) prêmios de retrocessões diferidos, os quais são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em retrocessão, correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". Esta provisão está sendo constituída de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em nota técnica atuarial - NTA; (ii) Provisão de Excedente Técnico (PET) a receber, constituída com base nos critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de retrocessão, que tem previsão para participação da Companhia nos lucros dos contratos (superávits técnicos). Seu valor é calculado mensalmente e recebido anualmente.

- A Companhia mantém com retrocessionárias contratos de excesso de danos para cobertura do excedente de retenção das operações de resseguros, com vigências anuais e pagamentos trimestrais. Os prêmios de resseguro relativos a contratos de excesso de danos são registrados com base no valor do prêmio mínimo do contrato e diferidos pelo prazo médio da vigência das apólices emitidas.

- Comissão diferida de prêmio de retrocessão cedido, referem-se a comissões de apólices cedidas aos retrocessionários, cujo reconhecimento contábil é realizado pelo período de vigência das apólices.

- Os títulos e créditos a receber são demonstrados ao valor de custo amortizado decrescidos de quaisquer perdas por redução ao valor recuperável, incluindo, quando aplicável, os respectivos rendimentos e variações monetárias, auferidos até a data de encerramento dos balanços.

#### g. Redução ao valor recuperável

##### Ativos financeiros

Um ativo tem perda no seu valor recuperável se uma evidência objetiva indica que um evento de perda ocorreu após o reconhecimento inicial do ativo, e que aquele evento de perda teve um efeito negativo nos fluxos de caixa futuros projetados que podem ser estimados de uma maneira confiável, tais como: desvalorização significativa e prolongada de instrumentos financeiros reconhecida publicamente pelo mercado, descontinuidade da operação da atividade em que a Companhia investiu, tendências históricas da probabilidade de inadimplência, do prazo de recuperação e dos valores de perda incorridos, ajustados para refletir o julgamento da Administração quanto às premissas se as condições econômicas e de crédito atuais são tais que as perdas reais provavelmente serão maiores ou menores que as sugeridas pelas tendências históricas.

A Companhia reconhece uma redução ao valor recuperável sobre prêmios a receber com base em estudo da base histórica de prêmios a receber de 36 meses, constituindo a provisão conforme a experiência de recebimentos de parcelas inadimplentes. Faz-se necessária a análise do risco por característica dos tomadores ou grupos econômicos a que pertencem, segregando grupos com características de risco semelhantes, permitindo uma melhor análise não somente das parcelas vencidas como também das vincendas de um devedor em atraso. Para as operações a recuperar com retrocessionários, a redução ao valor recuperável é feita quando o período de inadimplência superar 180 dias a partir do registro da restituição de sinistros pagos de acordo com a Circular SUSEP 648/2021 e alterações.

##### Ativos não financeiros

Os valores contábeis dos ativos não financeiros são revisados no mínimo anualmente para apurar se há indicação de perda no valor recuperável.

A redução do valor recuperável de ativos é determinada quando o valor contábil residual exceder o valor de recuperação, que será o maior valor entre o valor estimado na venda e o seu valor em uso, determinado pelo valor presente dos fluxos de caixa futuros estimados em decorrência do uso do ativo ou unidade geradora de caixa.

Com relação à provisão para recuperabilidade de ativos, a Companhia não identificou indícios de que poderiam estar reconhecidos contabilmente por montantes acima do valor recuperável.

##### h. Investimentos

Os investimentos são avaliados pelo custo, ajustado ao seu valor de provável realização, mediante constituição de provisão para desvalorização, se aplicável.

##### i. Imobilizado

Os ativos imobilizados compreendem equipamentos, móveis e utensílios utilizados na condução dos negócios da Companhia, o qual é demonstrado ao custo. Os custos do ativo imobilizado são reduzidos por depreciação acumulada até a data-base destas demonstrações. A depreciação dos itens do ativo é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. As taxas de depreciação utilizadas são as seguintes:

- Veículos: 20% a.a.
- Equipamentos de informática: 20% a.a.
- Móveis e utensílios: 10% a.a.

##### j. Intangível

Os ativos intangíveis da Companhia compreendem marcas e patentes e gastos com desenvolvimento de sistema de computação, demonstrados pelo custo.

As marcas e patentes tem o seu valor recuperável, no mínimo, testado anualmente. Os gastos com desenvolvimento para sistema de computação são reduzidos por amortização acumulada até a data-base destas demonstrações. A amortização dos itens do ativo intangível é calculada segundo o método linear e conforme o período de vida útil estimada dos ativos. A taxa de amortização utilizada nos intangíveis da Companhia é de 20% a.a.

##### k. Provisões técnicas e provisões para contingências

Demonstrados pelos valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos respectivos encargos e variações monetárias incorridos até a data-base das demonstrações financeiras.

- As provisões técnicas são constituídas de acordo com as determinações do CNSP e da SUSEP, cujos critérios, parâmetros e fórmulas são documentadas em notas técnicas atuariais - NTA.

- A provisão de prêmios não ganhos (PPNG) é constituída pelo valor dos prêmios de resseguros correspondente ao período restante de cobertura do risco, calculada linearmente pelo método "pro rata dia". A PPNG inclui um valor que corresponde aos prêmios estimados dos riscos vigentes, mas não emitidos ("RVNE"), estimada através de triângulo de run-off, de uma base histórica de 60 meses.

- A Provisão de Excedente Técnico (PET) a pagar é constituída com base nos critérios estabelecidos em cláusulas específicas dos contratos de resseguro, firmados com as retrocessionárias integrantes de cada contrato, que tem previsão para participação da cedente nos lucros dos contratos (superávits técnicos). Seu valor é apurado mensalmente e pago anualmente.

- Custo de aquisição diferido (DCD) - As despesas de comercialização com comissões de resseguros pagas para as seguradoras são diferidas de acordo com o prazo de vigência das apólices. Conforme determina a Circular nº 648/2021 e alterações, os custos de aquisição diferidos estão classificados no passivo como redutores da PPNG.

- A provisão de sinistros a liquidar (PSL) é constituída por estimativa de valor a indenizar com base nos avisos de sinistros recebidos, e ajustada, periodicamente, com base nas análises efetuadas pelas áreas técnicas. Os sinistros judiciais existentes na data do

balanço são atualizados e corrigidos monetariamente. A PSL inclui estimativa para cobrir o pagamento de indenizações, em decorrência de disputas judiciais em curso, sendo constituída com base nas notificações de ajuizamento recebidas e de processos em fase de regulação de sinistros, até a data base das demonstrações financeiras.

- A provisão de despesas relacionadas (PDR) é constituída para a cobertura das despesas relacionadas a sinistros e abrange tanto as despesas atribuíveis individualmente a cada sinistro como também as despesas que só podem ser relacionadas aos sinistros de forma agrupada.

- A provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR) é constituída através da experiência histórica de datas de ocorrências e de reclamações de sinistros através de metodologia própria.

- Para estimar ajustes de valores relativos a sinistros avisados e que podem sofrer alteração ao longo do processo de regulação é realizado um estudo com base no desenvolvimento histórico dos sinistros. Em 31 de dezembro de 2022 não foi necessária a constituição da provisão adicional de sinistros ocorridos mas não suficientemente avisados (IBNeR).

- Teste de Adequação dos Passivos (TAP) é realizado com objetivo de averiguar a adequação do montante registrado a título de provisões técnicas, considerando as premissas mínimas determinadas pela SUSEP. Caso seja identificada qualquer insuficiência, registra-se, imediatamente, uma provisão complementar àquelas já registradas na data do teste, em contrapartida ao resultado do período, primeiramente reduzindo-se as despesas de comercialização diferidas e os ativos intangíveis diretamente relacionados aos contratos de seguros. O teste foi realizado considerando as determinações da Circular nº 648/2021 e alterações, em linha com o requerido pelo CPC 11. Nos termos dessa norma, foram utilizados dados atualizados, informações fidedignas e considerações realistas, em consistência com as informações presentes no mercado financeiro. Foram apurados os fluxos de caixa estimados para prêmios, sinistros, comissões e despesas, e mensurados na data-base descontando-os através de estrutura a termos da taxa de juros livre de risco (ETTJ) definida pela ANBIMA para a curva pré-fixada. Para o fluxo de pagamentos futuros de sinistros foi levado em consideração os dados históricos da Companhia. As premissas consideradas para o cálculo do TAP foram:

	2022	2021
Sinistralidade média	16,81%	21,36%
Despesas administrativas	5,62%	3,65%
Tributos	3,22%	3,29%
Outras receitas e despesas operacionais	0,00%	0,99%
Despesas não alocáveis/alocáveis aos sinistros (UELAE + ALAE)	5,26%	5,00%

O cálculo do TAP não revelou a necessidade de constituição de provisão adicional no exercício findo em 31 de dezembro de 2022, mesmo considerando um aumento na sinistralidade de até 10pp.

- Segundo disposto no CPC 25, uma provisão é reconhecida no balanço da Companhia quando existe uma obrigação presente como resultado de um evento passado, e é provável que um recurso econômico seja requerido para saldar a obrigação. Quando aplicável, as provisões para contingências de natureza cível, trabalhista e fiscal são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os passivos contingentes classificados como perdas possíveis não são reconhecidos contabilmente, devendo ser apenas divulgados em notas explicativas.

#### I. Benefícios a empregados

##### Benefícios de curto prazo a empregados

Obrigações de benefícios de curto prazo a empregados são reconhecidas como despesas de pessoal conforme o serviço correspondente seja prestado. O passivo é reconhecido pelo montante do pagamento esperado caso a Companhia tenha uma obrigação presente legal ou construtiva de pagar esse montante em função de serviço passado prestado pelo empregado e a obrigação possa ser estimada de maneira confiável.

##### Plano de aposentadoria complementar

A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização, o qual foi instituído em dezembro de 2004. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes.

##### Participação dos colaboradores nos resultados

A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho" específico sobre a participação dos empregados, nos Lucros e Resultados da Junto Resseguros S.A. Tais despesas são registradas no resultado do período na rubrica "Participações sobre o resultado".

##### m. Provisão para imposto de renda e contribuição social sobre o lucro

O Imposto de renda é calculado com base na alíquota de 15%, acrescidas do adicional de 10% sobre o lucro tributável anual excedente de R\$ 240 mil. Para contribuição social sobre o lucro líquido ("CSLL") a alíquota padrão é de 15%. Para o exercício de 2021, conforme inciso I do Artigo 3º da Lei nº 14.183/2021, a CSLL foi calculada com 20% para o período de 1º de julho de 2021 a 31 de dezembro de 2021, retornando a 15% em 1º de janeiro de 2022. Com a promulgação da Lei nº 14.446/2022, para o período compreendido entre 1º de agosto de 2022 e 31 de dezembro de 2022, a CSLL foi calculada com uma alíquota de 16%. O imposto diferido é mensurado pela aplicação das alíquotas vigentes sobre prejuízos fiscais e diferenças temporárias, sendo reconhecidos no limite de que seja provável que lucros futuros tributáveis estejam disponíveis para a realização destes ativos.

Os impostos ativos diferidos decorrentes de prejuízo fiscal e diferenças temporárias são constituídos, quando aplicável, em conformidade com a legislação vigente, e consideram o histórico de rentabilidade e a expectativa de geração de lucros tributáveis futuros. Quando reconhecidos, tais créditos são apresentados nas rubricas "Créditos tributários e previdenciários" refletidos no resultado do período ou, quando aplicável, no patrimônio líquido.

##### n. Apuração do resultado

As receitas e despesas foram reconhecidas pelo regime de competência.

A contabilização dos prêmios de resseguros é feita na data de emissão das apólices/contratos ou na data do início de vigência do risco. Os prêmios de resseguros, os prêmios de retrocessão, e as correspondentes despesas/receitas de comercialização são reconhecidas no resultado de acordo com o prazo de vigência das apólices. Os prêmios de resseguros relativos a riscos vigentes não emitidos, são calculados conforme nota técnica atuarial, que leva em conta a experiência histórica da Companhia.

As participações nos lucros a receber sobre os contratos de retrocessão e as participações nos lucros a pagar sobre os prêmios de resseguros emitidos são registradas de acordo com o prazo de vigência das apólices, à medida que os resultados decorrentes dessas operações possam ser estimados com razoável segurança.

##### o. Receitas e despesas financeiras

As receitas financeiras abrangem substancialmente rendimentos sobre fundos investimentos não exclusivos e títulos de renda fixa privados e públicos. Adicionalmente, a Companhia registra em receitas financeiras da operação, os ressarcimentos dos juros incorridos das operações de resseguros e retrocessão.

As despesas financeiras abrangem juros pagos nas operações de resseguros, despesas e encargos com tributos. As receitas e despesas de juros são reconhecidas no resultado pelo método de juros efetivos.

#### 4 NOVAS NORMAS E INTERPRETAÇÕES EMITIDAS E NÃO ADOTADAS

Novas normas serão efetivas para exercícios iniciados em 1º de janeiro de 2023. A Companhia não adotou de forma antecipada essas normas na preparação destas demonstrações financeiras.

##### a. CPC 50 - Contratos de Seguros (IFRS 17)

O CPC 50 estabelece os princípios para o reconhecimento, mensuração, apresentação e divulgação de contratos de seguro dentro do escopo da Norma. O objetivo do CPC 50 é assegurar que uma entidade forneça informações relevantes que representem fielmente esses contratos. Essas informações fornecem uma base para os usuários de demonstrações financeiras avaliarem o efeito que os contratos de seguros têm sobre a posição financeira, o desempenho financeiro e os fluxos de caixa da Companhia. O CPC 50 entra em vigor para períodos anuais com início em ou após 1º de janeiro de 2023, contudo, a SUSEP ainda não referendou a referida norma.

#### b. CPC 48 - Instrumentos Financeiros (IFRS 9)

Em vigor pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis desde 1º de janeiro de 2018, apresenta novos modelos para a classificação e mensuração de instrumentos financeiros, mensuração de perdas esperadas de crédito para ativos financeiros e contratuais, como também novos requisitos sobre a contabilização de hedge. A Circular SUSEP nº 678/2022 aprovou o CPC 48 para entrada em vigor em 2 de janeiro de 2024.

#### 5 GERENCIAMENTO DE RISCOS

A Companhia está exposta aos seguintes riscos provenientes de suas operações e que podem afetar, com maior ou menor grau, os seus objetivos estratégicos e financeiros.

- Risco operacional;
- Risco de subscrição;
- Risco de crédito;
- Risco de liquidez; e
- Risco de mercado.

Em conformidade com as disposições regulatórias vigentes, apresentamos a seguir as informações gerais sobre essas exposições, bem como os critérios adotados pela Companhia na gestão e mitigação dos riscos acima mencionados.

##### Gerenciamento de riscos

O gerenciamento de riscos é essencial em todas as atividades, sendo utilizado com o objetivo de evitar perdas e adicionar valor ao negócio, à medida que proporciona suporte no planejamento das atividades e dos negócios, maximizando a utilização de recursos próprios e de terceiros. A Companhia conta com um processo de gestão de riscos, em constante aperfeiçoamento, buscando adequação dos níveis de riscos aos objetivos estratégicos estabelecidos, os quais estão norteados pela regulamentação vigente, melhores práticas internacionais e políticas corporativas.

O processo de gerenciamento de riscos está institucionalizado, através da sua governança corporativa, a qual abrange desde a alta Administração até as diversas áreas de negócios, áreas operacionais e produtos na identificação, tratamento e monitoramento desses riscos, os quais destacamos (porém, não se limitando a estes):

- Cumprimento com exigências regulatórias e legais;
- Elaboração, revisão e implementação de políticas e manuais de procedimentos;
- Exigências para a avaliação periódica de riscos operacionais, adequação de controles e procedimentos para tratamento e mitigação dos riscos identificados;
- Monitoramento do banco de dados de perdas operacionais, ações corretivas para reversão das perdas e mitigação/eliminação da causa raiz;
- Plano de continuidade de negócios; e
- Programa de treinamento de Compliance com ênfase aos temas de controles internos, gestão de riscos, código de ética, prevenção à lavagem de dinheiro, anticorrupção, proteção de dados, segurança da informação e demais temas correlacionados e previstos em legislação e regulação vigentes.

##### Estrutura de Gerenciamento de riscos

O gerenciamento dos riscos inerentes às atividades é abordado dentro de um processo apoiado na Estrutura de Gestão de Riscos, proporcional e compatível com a natureza, escala e complexidade de suas operações, bem como adequada com o seu sistema de controles internos. Essa abordagem proporciona o aprimoramento contínuo dos modelos de gestão de riscos, buscando minimizar a existência de lacunas que possam comprometer a identificação, mensuração e mitigação dos riscos.

A gestão dos riscos corporativos é sustentada por modelos estatísticos como testes de adequação de passivos, análises de sensibilidade, cálculo do Value at Risk (VaR), indicadores de suficiência de capital, dentre outras. A estes modelos, adiciona-se a parcela qualitativa da gestão de riscos, com os resultados de avaliações de riscos, coleta de informações de banco de dados de perdas operacionais, análises de resultados de testes e controles, auditorias, buscando a integração com as análises estratégicas na gestão dos riscos.

Para assegurar o processo de gerenciamento de riscos com o seu ambiente de governança corporativa, a Companhia conta com as seguintes comissões/comitês que existem dentro da estrutura de Grupo no qual faz parte:

- Comitê de subscrição:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os riscos de subscrição de maior complexidade e com importância segurada que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.
- Comitê de deliberações do jurídico e sinistro:** constituído para deliberar na análise técnica e na tomada de decisões no tocante as expectativas de sinistros, registros de sinistros e aos processos judiciais que sejam relativos às apólices emitidas pela Companhia.
- Comitê de auditoria:** reporta-se ao Diretor Presidente e à Assembleia Geral e possui atribuições para revisar as demonstrações financeiras à luz das práticas contábeis vigentes; avaliar a qualidade do sistema de controles internos com base na regulamentação vigente e das políticas internas; avaliar a efetividade das auditorias independente e interna; e propor ao Diretor Presidente o aprimoramento das políticas, práticas e procedimentos identificados no âmbito de suas atribuições.
- Comitê de crédito:** constituído por um grupo técnico multidisciplinar para discutir e deliberar sobre os limites de crédito a serem concedidos ou alterados para clientes e potenciais clientes que requer uma análise operacional, comercial e técnica adequadas ao apetite de riscos da Companhia.
- Grupo de trabalho de investimentos:** constituído com o caráter de análise e a avaliação das questões ligadas a aspectos de investimentos, sendo de competência deste, acompanhar o desempenho da carteira de investimentos e propor, para apreciação do Conselho de Administração, dentre outros, as diretrizes de investimentos para os ativos das Companhias.
- Comissão executiva:** composta por membros da Diretoria Estatutária, cabe a esta comissão zelar pela qualidade do processo decisório da Companhia. Possui atribuições multidisciplinares para deliberarem sobre temas de relevância, atrelados ao ambiente corporativo e de negócios, assim sendo, também é parte dessa comissão a deliberação de matérias relacionadas ao ambiente de controles internos, tais como prevenção ao crime de Lavagem de Dinheiro, Código de Ética e Conduta, Plano de Compliance e demais temas correlacionados;
- Reuniões executivas de riscos:** acontecem individualmente ou em grupo, normalmente a composição é por um grupo multidisciplinar, inclusive por Diretor e membro do Conselho de Administração, que se reúne periodicamente para analisar, debater e promover recomendações que possam colaborar na eficiência da gestão e estrutura de riscos, bem como na avaliação do sistema de controles internos, conforme melhores práticas e disposições regulatórias vigentes. É parte dessas reuniões o acompanhamento dos planos de ações referente a eventuais recomendações e apontamentos oriundos dos relatórios das auditorias internas e externas, sob forma de assegurar a conformidade com o apetite de riscos da Companhia e seu ambiente de governança corporativa.
- Comissão de segurança da informação e privacidade:** composto por um grupo de trabalho multidisciplinar com o objetivo de estudar, recomendar e assessorar a Diretoria Executiva em relação à execução das diretrizes de segurança da informação, bem como disseminar a cultura e o engajamento dos colaboradores e dos fornecedores de bens e serviços da Junto na conformidade com o programa de segurança da informação e privacidade

Além dessas Comissões e Comitês, a Companhia possui um departamento de auditoria interna o qual é fundamental na estrutura de governança corporativa, pois sua independência de atuação e a continuidade dos exames efetuados colaboram para a avaliação dos controles internos e de gestão de riscos adequadas ao perfil da Companhia. A auditoria interna possui um calendário de avaliação seguindo uma agenda regulatória e operacional, atrelada ao modelo de negócio, sendo que suas atividades de revisões, análises, recomendações, pareceres e demais informações relativas ao ambiente institucional ratificando o cumprimento das suas atribuições e responsabilidades dentro da Companhia, com total segregação e isenção.

##### a. Risco operacional

Risco operacional é o risco de prejuízos diretos ou indiretos decorrentes de uma variedade de causas associadas a processos, pessoal, tecnologia e infraestrutura, e aqueles decorrentes de exigências legais e regulatórias e de padrões geralmente oriundos do



# Demonstrações Financeiras 2022

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**Junto Resseguros S.A.**  
CNPJ/MF Nº 09.594.758/0001-70  
Rua Visconde de Nacar, 1440 | Curitiba/PR

★ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

relacionamento de negócios, excluindo-se os riscos decorrentes de decisões estratégicas e à reputação da instituição.

#### Controle de risco operacional

Dentro desse cenário, a Companhia dispõe de mecanismos de avaliação do seu sistema de Compliance para evitar a possibilidade de perda ocasionada pela inobservância, violação ou não da conformidade com as normas, procedimentos e políticas internas. O ambiente de controles internos também contribui para a gestão do risco operacional, cuja matriz de riscos corporativos é atualizada regularmente com base nas autoavaliações de riscos e controles, auditorias internas, testes do sistema de revisão dos controles, planos de ações e melhorias implantadas de forma institucional/corporativa.

#### b. Risco de subscrição

A Companhia aceita principalmente prêmios de resseguros dos ramos de Seguro Garantia, e tem como objetivo investir em novos e melhores processos de seleção de riscos e precificação e acredita que as técnicas de subscrição de riscos empregadas oferecem vantagem na identificação e seleção dos riscos sobre os contratos de resseguros assumidos. Os departamentos técnicos desenvolveram mecanismos que identificam, quantificam e gerenciam exposições acumuladas para contê-las dentro dos limites definidos nas políticas internas. A tabela a seguir demonstra os prêmios líquidos emitidos por carteira:

Carteira	2022	%	2021	%
Fiança locatícia	1.391	0%	530	0%
Crédito interno	84.275	25%	62.558	19%
Crédito exportação	10.507	3%	5.328	2%
Garantia judicial	(10)	0%	-	0%
Garantia segurado setor público	191.119	56%	236.090	72%
Garantia segurado setor privado	55.255	16%	21.577	7%
<b>Total</b>	<b>342.537</b>	<b>100%</b>	<b>326.083</b>	<b>100%</b>

#### Estratégia de retrocessão

Como forma de reduzir o risco foi definida a política de retrocessão, a qual é revisada, no mínimo, anualmente. Dessa definição constam: os riscos a serem cedidos, lista dos retrocessionários e grau de concentração.

Os contratos de retrocessão firmados consideram condições proporcionais e não proporcionais, de forma a reduzir a exposição a riscos isolados, além de termos facultativos para determinadas circunstâncias.

#### Resultados do teste de sensibilidade

No teste de sensibilidade foram projetados os passivos atuariais e demonstrado o impacto de uma mudança razoavelmente possível quando do aumento e redução nas taxas de juros, aumento nas despesas administrativas e na sinistralidade. Os resultados do teste estão apresentados a seguir.

Sensibilidade	Riscos financeiros (garantia) em 31 de dezembro de 2022						Ajuste Passivos
	Total de provisões de sinistros	Valor Presente Sinistros Passados(*)	Sensibilidade Sinistros Passados(*)	Total PPNG líquida da DCD	Valor Presente Sinistros Futuros(**)	Sensibilidade Sinistros Futuros(**)	
(1) Cenário Base	332.830	275.500	(57.330)	545.218	85.868	(459.350)	-
(2) Sinistralidade + 10pp	332.830	275.500	(57.330)	545.218	136.945	(408.273)	-
(3) Despesas + 10%	332.830	275.500	(57.330)	545.218	86.761	(458.458)	-
(4) Juros - 10%	332.830	280.202	(52.628)	545.218	87.585	(457.634)	-
(5) Juros + 10%	332.830	270.976	(61.854)	545.218	84.217	(461.002)	-

(\*) Sinistros passados: reserva total necessária na data-base, relativa a sinistros que já ocorreram (inclui IBNR e PDR). A sensibilidade de sinistralidade não afeta o valor presente dos sinistros passados.

(\*\*) Sinistros futuros: Montante de sinistros relativo a PPNG em estoque na data-base (líquida da DCD).

- Líquida de DCD e Ativos Intangíveis.
- Acréscimo de 10pp na Sinistralidade.
- Acréscimo de 10% nas Despesas Administrativas.
- Decréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.
- Acréscimo de 10% na taxa de juros utilizada no desconto dos fluxos de Sinistros Passados e Sinistros Futuros.

#### Limitações da análise de sensibilidade

Os quadros acima demonstram o efeito, no resultado, passivo e patrimônio líquido, de uma mudança em uma premissa importante enquanto as outras premissas permanecem inalteradas, pois, existe uma correlação entre as premissas e outros fatores. Deve-se também ser observado que essas sensibilidades não são lineares, impactos maiores ou menores não devem ser interpolados ou extrapolados a partir desses resultados.

As análises de sensibilidade não levam em consideração que os ativos e passivos são altamente gerenciados e controlados. Além disso, a posição financeira da Companhia poderá variar na ocasião em que qualquer movimentação no mercado ocorra. Por exemplo, a estratégia de gerenciamento de risco visa gerenciar a exposição a flutuações no mercado e conforme os mercados de investimentos se movimentam através de diversos níveis, as ações de gerenciamento poderiam incluir a venda de investimentos, mudança na alocação da carteira, entre outras medidas de proteção.

Outras limitações nas análises de sensibilidade acima incluem o uso de movimentações hipotéticas no mercado para demonstrar o risco potencial que somente representa a visão da Administração de possíveis mudanças no mercado no futuro próximo que não podem ser previstas com qualquer certeza, além de considerar como premissa, que todas as taxas de juros se movimentam de forma idêntica.

#### Desenvolvimento de sinistros

O quadro de desenvolvimento de sinistros tem o objetivo de apresentar o grau de incerteza existente na estimativa do montante de sinistros ocorridos na data de encerramento das demonstrações financeiras. Partindo do ano em que o sinistro ocorreu e o montante estimado neste período, na primeira linha do quadro a seguir, é apresentado como este montante varia no decorrer dos anos. A provisão varia à medida que são obtidas informações mais precisas a respeito da frequência e severidade dos sinistros que são avisadas a Companhia. Nas linhas abaixo do quadro são apresentados os montantes de sinistros esperados, por ano de ocorrência e, destes, os totais de sinistros cujo pagamento foi realizado e os totais de sinistros pendentes de pagamento, conciliados com os saldos contábeis, incluindo-se as provisões para despesas relacionadas (PDR).

Sinistros brutos de retrocessão

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
<b>Montante de sinistros incorridos</b>												
No ano de ocorrência	187.002	45.030	663	46.540	77.668	79.166	14.644	26.270	18.065	12.621	<b>34.484</b>	<b>34.484</b>
Um ano após a ocorrência	187.403	45.337	1.748	47.819	79.272	85.471	30.564	43.615	25.680			<b>24.143</b>
Dois anos após a ocorrência	192.506	48.152	1.795	49.020	98.555	89.487	30.611	43.616	<b>25.773</b>			<b>25.773</b>
Três anos após a ocorrência	192.528	48.186	1.835	49.310	101.311	89.754	30.614	<b>43.676</b>				<b>43.676</b>
Quatro anos após a ocorrência	192.562	48.189	1.891	49.675	101.384	90.067	<b>30.688</b>					<b>30.688</b>
Cinco anos após a ocorrência	193.812	48.196	1.904	49.696	101.384	<b>90.699</b>						<b>90.699</b>
Seis Anos Após a ocorrência	193.914	48.196	1.951	49.695	<b>101.398</b>							<b>101.398</b>
Sete Anos Após a ocorrência	193.970	48.196	1.962	<b>49.704</b>								<b>49.704</b>
Oito Anos Após a ocorrência	193.976	48.199	<b>1.971</b>									<b>1.971</b>
Nove Anos Após a ocorrência	193.979	<b>48.201</b>										<b>48.201</b>
Dez Anos Após a ocorrência	<b>193.982</b>											<b>193.982</b>
<b>Estimativa dos sinistros na data-base</b>	<b>193.982</b>	<b>48.201</b>	<b>1.971</b>	<b>49.704</b>	<b>101.398</b>	<b>90.699</b>	<b>30.688</b>	<b>43.676</b>	<b>25.773</b>	<b>24.143</b>	<b>34.484</b>	<b>644.719</b>
<b>Pagamento de sinistros efetuados</b>	<b>19.639</b>	<b>4.208</b>	<b>1.259</b>	<b>46.527</b>	<b>79.829</b>	<b>89.323</b>	<b>28.865</b>	<b>37.631</b>	<b>24.750</b>	<b>19.443</b>	<b>9.298</b>	<b>360.771</b>
<b>Sinistros Pendentes</b>	<b>174.343</b>	<b>43.993</b>	<b>712</b>	<b>3.177</b>	<b>21.569</b>	<b>1.376</b>	<b>1.823</b>	<b>6.045</b>	<b>1.023</b>	<b>4.700</b>	<b>25.186</b>	<b>283.947</b>

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR R\$ 2.579.

#### Sinistros líquidos de retrocessão

	2012	2013	2014	2015	2016	2017	2018	2019	2020	2021	2022	Total
<b>Montante de sinistros incorridos</b>												
No ano de ocorrência	16.038	16.621	151	5.890	19.058	5.160	1.616	3.591	791	-330	<b>759</b>	<b>759</b>
Um ano após a ocorrência	16.281	16.846	581	6.707	19.979	5.569	4.892	4.775	1.856	<b>900</b>		<b>900</b>
Dois anos após a ocorrência	19.130	18.198	616	7.493	26.878	7.206	4.895	4.776	<b>1.892</b>			<b>1.892</b>
Três anos após a ocorrência	19.143	18.214	643	7.725	28.474	7.353	4.896	<b>4.809</b>				<b>4.809</b>
Quatro anos após a ocorrência	19.162	18.215	684	8.017	28.476	7.603	<b>4.967</b>					<b>4.967</b>
Cinco anos após a ocorrência	19.714	18.219	693	8.019	28.476	<b>7.943</b>						<b>7.943</b>
Seis Anos Após a ocorrência	19.763	18.219	730	8.018	<b>28.489</b>							<b>28.489</b>
Sete Anos Após a ocorrência	19.791	18.219	739	<b>8.026</b>								<b>8.026</b>
Oito Anos Após a ocorrência	19.794	18.220	<b>749</b>									<b>749</b>
Nove Anos Após a ocorrência	19.795	<b>18.222</b>										<b>18.222</b>
Dez Anos Após a ocorrência	<b>19.799</b>											<b>19.799</b>
<b>Estimativa dos sinistros na data-base</b>	<b>19.799</b>	<b>18.222</b>	<b>749</b>	<b>8.026</b>	<b>28.489</b>	<b>7.943</b>	<b>4.967</b>	<b>4.809</b>	<b>1.892</b>	<b>900</b>	<b>759</b>	<b>96.555</b>
<b>Pagamento de sinistros efetuados</b>	<b>12.357</b>	<b>1.947</b>	<b>536</b>	<b>6.060</b>	<b>20.322</b>	<b>6.843</b>	<b>4.649</b>	<b>1.328</b>	<b>1.844</b>	<b>91</b>	<b>88</b>	<b>56.065</b>
<b>Sinistros Pendentes</b>	<b>7.442</b>	<b>16.275</b>	<b>213</b>	<b>1.966</b>	<b>8.167</b>	<b>1.100</b>	<b>318</b>	<b>3.481</b>	<b>48</b>	<b>809</b>	<b>671</b>	<b>40.490</b>

(a) Não foram considerados no desenvolvimento as provisões de despesas relacionadas de IBNR R\$ 609.

#### c. Risco de crédito

Risco de crédito é a possibilidade da contraparte de uma operação financeira não cumprir ou sofrer alteração na capacidade de honrar suas obrigações contratuais, podendo gerar assim alguma perda para a Companhia.

#### Gerenciamento de risco de crédito

O gerenciamento de risco de crédito inclui o monitoramento de exposições ao risco de crédito de contrapartes em relação às classificações de crédito, por Companhias avaliadoras de riscos, tais como Fitch Ratings, Standard & Poor's, Moody's entre outras.

#### Controle de risco de crédito

Atualmente, a principal exposição ao risco de crédito se limita ao risco soberano pela exposição ao governo federal via títulos públicos e ao Fundo Garantidor de Crédito (FGC) via Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE).

O quadro abaixo apresenta a composição do portfólio financeiro da Companhia e seus ratings:

Rating	31 de dezembro de 2022				Sem Classificação	Total
	AAA	BB+	BBB	BB-		
Títulos Públicos	-	-	-	334.000	-	334.000
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	23.469	23.469
DPGE	-	-	14.443	-	-	14.443
<b>Total</b>	-	-	<b>14.443</b>	<b>334.000</b>	<b>23.469</b>	<b>371.912</b>
Representatividade	0%	0%	4%	90%	6%	100%

  

Rating	31 de dezembro de 2021				Sem Classificação	Total
	AAA	BB+	B+	BB-		
Títulos Públicos	-	-	-	216.887	-	216.887
Quotas de fundos de investimentos	-	-	-	-	21.535	21.535
DPGE	19.451	12.676	19.365	19.359	24.924	95.775
<b>Total</b>	<b>19.451</b>	<b>12.676</b>	<b>19.365</b>	<b>236.246</b>	<b>46.459</b>	<b>334.197</b>
Representatividade	6%	3%	6%	71%	14%	100%

**Exposições ao crédito de resseguro**  
A Companhia está exposta a concentrações de risco com retrocessionárias, devido à natureza do mercado de resseguro e à faixa estrita de retrocessionárias que possuem classificações de crédito aceitáveis. A Companhia adota uma política de gerenciar as exposições de suas contrapartes de retrocessão, limitando as que poderão ser usadas, e o impacto do inadimplemento das retrocessionárias é avaliado regularmente.

A tabela a seguir apresenta a exposição de retrocessão do exercício, distribuída por rating de crédito, obtido junto às agências de classificação de risco. Os valores apresentados referem-se à exposição da provisão de sinistros pendentes de pagamentos, na rubrica de Ativos de resseguro e retrocessão - provisões técnicas.

Classe	Categoria de Risco (*)	2022 Exposição (**)	%	2021 Exposição (**)	%
Admitida	A+	-	0,0%	84.407	39,2%
Eventual	A+	599	0,0%	1.260	0,6%
Local	A+	-	0,3%	896	0,4%
Admitida	AA	76.121	32,5%	-	0,0%
Eventual	AA	749	0,3%	-	0,0%
Local	AA	78.950	33,8%	-	0,0%
Admitida	A	30.272	12,9%	19.107	8,9%
Eventual	A	4.798	2,1%	4.636	2,2%
Admitida	AA-	12.258	5,2%	-	0,0%
Eventual	AA-	416	0,2%	-	0,0%
Local	AA-	-	0,0%	75.507	35,1%
Admitida	A-	-	0,0%	679	0,3%
Eventual	A-	25	0,0%	-	0,0%
Local	A-	29.632	12,7%	28.561	13,3%
<b>Total</b>		<b>233.820</b>	<b>100%</b>	<b>215.053</b>	<b>100%</b>

(\*) Classificados conforme a agência A.M. Best.

(\*\*) Refere-se a sinistros pendentes de pagamentos, ativos de retrocessão, conforme divulgado na nota explicativa 8b.

#### d. Risco de liquidez

A Companhia possui forte posição de liquidez que é mantida por meio de política de gerenciamento de liquidez para manter recursos financeiros suficientes para cumprir suas obrigações à medida que estas atinjam seu vencimento.

#### Gerenciamento de risco de liquidez

O gerenciamento do risco de liquidez é realizado pela Administração e tem por objetivo controlar os diferentes descasamentos dos prazos de liquidação de direitos e obrigações, assim como a liquidez dos instrumentos financeiros utilizados na gestão das posições financeiras. As prerrogativas consideradas pela companhia para o monitoramento deste risco estão descritas no Manual de Procedimentos de Liquidez e na Nota Técnica de Apetite a Riscos da companhia, cujos os documentos possuem sinergia com o disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021 e alterações posteriores. O conhecimento e o acompanhamento desse risco são cruciais, sobretudo para habilitar a Companhia a liquidar as operações em tempo hábil e de modo seguro. As principais diretrizes a serem consideradas para a gestão do risco são:

- Política de Investimentos compatível com o perfil de risco da companhia;
- Projeção futura dos passivos, visando a cobertura correta sobre cenários de estresse; Monitoramento e projeção mensal dos ativos vinculados ante os passivos a serem cobertos; e
- Monitoramento da cobertura do PLA ante o Capital Mínimo Requerido.

#### Exposição ao risco de liquidez

O risco de liquidez é avaliado pela conciliação do fluxo de caixa de nossa carteira de investimentos com os passivos. Para tanto, são empregados métodos atuariais para estimar os passivos oriundos de contratos de resseguro. A qualidade dos investimentos é suficiente para suprir as demandas de liquidez.

A Administração do risco de liquidez envolve um conjunto de controles, principalmente no que diz respeito ao estabelecimento de limites técnicos, com permanente avaliação das posições assumidas e instrumentos financeiros utilizados. O limite técnico de segurança calculado para 31 de dezembro de 2022 foi de 12 % do Capital Mínimo Requerido.

#### Gerenciamento de ativos e passivos

Um dos aspectos principais no gerenciamento de riscos é o encontro dos fluxos de caixa dos ativos e passivos. Em conformidade pelo disposto nas Resoluções CNSP 416/2021 e 432/2021 e alterações, a companhia adota os processos de estudo da evolução dos passivos por meio do teste de adequação dos passivos e conduz o estudo do casamento entre seus fluxos de ativos e passivos.

Os investimentos financeiros são gerenciados ativamente com uma abordagem de balanceamento entre qualidade, diversificação, liquidez e retorno de investimento. O principal objetivo do processo de investimento é otimizar a relação entre taxa, risco e retorno, alinhando os investimentos aos fluxos de caixa dos passivos. Para tanto, são utilizadas estratégias que levam em consideração os níveis de risco aceitáveis, prazos, rentabilidade, sensibilidade, liquidez, limites de concentração de ativos por emissor e risco de crédito.

As estimativas utilizadas para determinar os valores e prazos aproximados para o pagamento de indenizações são periodicamente revisadas. Essas estimativas são inerentemente subjetivas e podem impactar diretamente na capacidade de manter o balanceamento de ativos e passivos.

O monitoramento da carteira de contratos de resseguros e retrocessão permite o acompanhamento e a adequação das tarifas praticadas bem como avaliar a eventual necessidade de alterações. São consideradas, também, outras ferramentas de monitoramento: (i) análises de sensibilidade; (ii) verificação de algoritmos e alertas dos sistemas corporativos (acete, emissão e sinistros); casamento de ativos e



# Demonstrações Financeiras 2022

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**Junto Resseguros S.A.**  
CNPJ/MF Nº 09.594.758/0001-70  
Rua Visconde de Nácar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

#### Ativos financeiros

Segue abaixo a análise de sensibilidade de instrumentos financeiros, considerando cada tipo de risco e percentuais de deterioração, a saber:

- (i) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 1% na variável de risco considerada (taxa de juros).  
(ii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 25% na variável de risco considerada (taxa de juros).  
(iii) Situação com valorização/deterioração de, pelo menos, 50% na variável de risco considerada (taxa de juros).

#### Sensibilidade de Títulos e valores mobiliários em 31 de dezembro de 2022

	Valor-base	Alta DI - Valorização:			Baixa DI - Deterioração:		
		Cenário I	Cenário II	Cenário III	Cenário I	Cenário II	Cenário III
LFT	257.811	352	8.798	17.596	(352)	(8.798)	(17.596)
NTN-F	5.654	8	193	386	(8)	(193)	(386)
LTN	70.535	96	2.407	4.814	(96)	(2.407)	(4.814)
DPGE	14.443	20	493	986	(20)	(493)	(986)
<b>Efeito no patrimônio líquido</b>	<b>25</b>	<b>621</b>	<b>1.241</b>	<b>(25)</b>	<b>(621)</b>	<b>(1.241)</b>	
<b>Efeito no resultado</b>	<b>451</b>	<b>11.270</b>	<b>22.540</b>	<b>(451)</b>	<b>(11.270)</b>	<b>(22.540)</b>	

O índice de CDI considerado: 13,65% a.a., foi obtido através de informações disponibilizadas pelo Banco Central do Brasil, acumulando o índice até 31 de dezembro de 2022.

#### 6 APLICAÇÕES

##### a. Resumo da classificação das aplicações financeiras

	Taxa de juros contratada (média)	31 de dezembro de 2022				%
		Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Ajuste a valor justo	
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa		23.469	23.469	23.469	-	6%
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>23.469</b>	<b>23.469</b>	<b>23.469</b>	<b>-</b>	<b>6%</b>
LFT	100% SELIC	257.811	257.811	257.619	192	69%
NTN-F	Pré: 10,6%	5.654	5.654	5.993	(339)	2%
LTN	Pré: 4,9% a 10,3%	70.535	70.535	73.655	(3.120)	20%
<b>Total disponíveis para venda</b>		<b>334.000</b>	<b>334.000</b>	<b>337.267</b>	<b>(3.267)</b>	
DPGE	107% CDI - CDI+2,5%	14.443	14.443	14.443	-	4%
<b>Total mantidos até o vencimento</b>		<b>14.443</b>	<b>14.443</b>	<b>14.443</b>	<b>-</b>	<b>4%</b>
<b>Total aplicações</b>		<b>371.912</b>	<b>371.912</b>	<b>375.179</b>	<b>(3.267)</b>	<b>100%</b>

	Taxa de juros contratada (média)	31 de dezembro de 2021				%
		Valor contábil	Valor justo	Custo atualizado	Ajuste a valor justo	
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa		21.535	21.535	21.535	-	6%
<b>Valor justo por meio do resultado</b>		<b>21.535</b>	<b>21.535</b>	<b>21.535</b>	<b>-</b>	<b>6%</b>
LFT	100% SELIC	43.280	43.280	43.275	5	13%
NTN-F	Pré: 10,6%	5.954	5.954	5.973	(19)	2%
LTN	Pré: 3,3% a 10,3%	167.653	167.653	172.687	(5.034)	50%
DPGE	107% CDI - CDI+2,5%	25.637	25.637	25.637	-	8%
<b>Total disponíveis para venda</b>		<b>242.524</b>	<b>242.524</b>	<b>247.572</b>	<b>(5.048)</b>	<b>73%</b>
DPGE	107% CDI - CDI+2,5%	70.138	70.138	70.138	-	21%
<b>Total mantidos até o vencimento</b>		<b>70.138</b>	<b>70.138</b>	<b>70.138</b>	<b>-</b>	<b>21%</b>
<b>Total aplicações</b>		<b>334.197</b>	<b>334.197</b>	<b>339.245</b>	<b>(5.048)</b>	<b>100%</b>

##### b. Aplicações financeiras por prazo e por título

	Valor Contábil	31 de dezembro de 2022		
		Sem vencimento	Vencimento até 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano
DPGE	14.443	-	14.443	-
Títulos de renda fixa - Públicos	334.000	-	-	103.892
Quotas de fundos de investimentos	23.469	23.469	-	-
<b>Total</b>	<b>371.912</b>	<b>23.469</b>	<b>14.443</b>	<b>103.892</b>

	Valor Contábil	31 de dezembro de 2021		
		Sem vencimento	Vencimento até 6 meses	Vencimento de 6 meses a 1 ano
DPGE	95.775	-	83.099	-
Títulos de renda fixa - Públicos	216.887	-	71.183	39.449
Quotas de fundos de investimentos	21.535	21.535	-	-
<b>Total</b>	<b>334.197</b>	<b>21.535</b>	<b>154.282</b>	<b>39.449</b>

##### c. Movimentação aplicações financeiras

	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
LFT	43.280	274.865	(83.634)	23.112	188	257.811
LTN	167.653	-	(106.273)	7.242	1.913	70.535
NTN-F	5.954	-	(567)	587	(320)	5.654
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	21.535	39.550	(39.821)	2.205	-	23.469
DPGE (a)	95.775	-	(85.276)	3.944	-	14.443
<b>Total</b>	<b>334.197</b>	<b>314.415</b>	<b>(315.571)</b>	<b>37.090</b>	<b>1.781</b>	<b>371.912</b>

	Saldo inicial	Aplicação	Resgate	Rendimento	Ajuste ao valor justo	Saldo final
LFT	79.547	107.585	(147.738)	3.502	384	43.280
LTN	132.755	99.822	(65.679)	5833	(5.078)	167.653
NTN-F	-	5.822	-	151	(19)	5.954
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	22.803	27.382	(29.607)	957	-	21.535
DPGE (a)	68.479	37.071	(13.972)	4.197	-	95.775
<b>Total</b>	<b>303.584</b>	<b>277.682</b>	<b>(256.996)</b>	<b>14.640</b>	<b>(4.713)</b>	<b>334.197</b>

(a) O resgate dos Depósitos a Prazo com Garantia Especial (DPGE) foram feitos nas datas de seus respectivos vencimentos.

##### d. Instrumentos financeiros derivativos

Durante os exercícios findos em 31 de dezembro de 2022 e 2021, a Companhia não realizou operações com instrumentos financeiros derivativos.

##### e. Mensuração do valor justo

A tabela abaixo apresenta a análise do método de valorização de ativos financeiros mensurados ao valor justo. Os valores de referência foram definidos como se segue:

- Nível 1** - Títulos com cotação em mercado ativo;  
**Nível 2** - Títulos não cotados nos mercados abrangidos no "Nível 1" mas que cuja precificação é direta ou indiretamente observável mediante a utilização de modelos reconhecidos e utilizados pelo mercado;  
**Nível 3** - Títulos que não possuem seu valor justo determinado com base em um mercado observável (modelos de precificação interna na Companhia).

	2022			2021		
	Nível 1	Nível 2	Total	Nível 1	Nível 2	Total
<b>Valor justo por meio do resultado</b>						
Quotas de fundos de investimentos de renda fixa	-	23.469	23.469	-	21.535	21.535
<b>Disponíveis para venda</b>						
LFT	257.813	-	257.813	43.280	-	43.280
NTN-F	5.654	-	5.654	5.954	-	5.954
LTN	70.535	-	70.535	167.653	-	167.653
DPGE	-	-	-	-	25.637	25.637
<b>Total</b>	<b>334.002</b>	<b>23.469</b>	<b>357.471</b>	<b>216.887</b>	<b>47.172</b>	<b>264.059</b>

O valor de mercado dos títulos públicos federais é obtido por meio da utilização de preços divulgados pela ANBIMA Associação Brasileira das Entidades dos Mercados Financeiros e de Capitais.

Os fundos de investimentos de renda fixa se destinam a receber recursos exclusivamente de sociedades seguradoras, de capitalização, entidades abertas e previdência complementar e resseguradores locais e sua carteira é composta, substancialmente, por títulos públicos e valorizados pelo valor da quota informado pelos administradores dos fundos.

#### 7 CRÉDITOS DAS OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES

##### a. Operações com seguradoras

As operações com seguradoras contemplam os prêmios de resseguro a receber das seguradoras, a provisão para riscos vigentes mas não emitidos e o prêmio mínimo de contratos de excesso de danos firmados com seguradoras.

Ramos	31 de dezembro de 2022			
	Prêmios a receber	Prêmios RVNE	Provisão Riscos de Crédito	Total
Garantia obrigações privadas	2.187	-	-	2.187
Garantia obrigações públicas	145	-	(11)	134
Fiança locatícia	391	226	-	617
Crédito interno	59.464	6.035	-	65.499
Crédito exportação	2.863	6.339	-	9.202
Garantia judicial	-	10	-	10
Garantia segurado setor público	193.452	11.446	(2.786)	202.112
Garantia segurado setor privado	22.977	11.662	(505)	34.134
<b>Total</b>	<b>281.479</b>	<b>35.718</b>	<b>(3.302)</b>	<b>313.895</b>

Ramos	31 de dezembro de 2021			
	Prêmios a receber	Prêmios RVNE	Provisão Riscos de Crédito	Total
Garantia obrigações privadas	844	-	-	844
Garantia obrigações públicas	-	-	(11)	(11)
Fiança locatícia	181	83	-	264
Crédito interno	43.827	12.393	-	56.220
Crédito exportação	3.380	806	-	4.186
Garantia judicial	-	20	-	20
Garantia segurado setor público	198.359	12.990	(396)	210.953
Garantia segurado setor privado	5.143	8.859	(39)	13.963
<b>Total</b>	<b>251.734</b>	<b>35.151</b>	<b>(446)</b>	<b>286.439</b>

##### Prêmios a receber - resseguros por vencimento

	2022	2021
<b>Vencidos</b>		
entre 1 e 30 dias	3.038	7.950
entre 31 e 60 dias	16.017	8.728
entre 61 e 180 dias	14.621	10.658
entre 181 e 365 dias	4.688	1.908
acima de 365 dias	4.505	2.356
<b>Total vencidos</b>	<b>42.869</b>	<b>31.600</b>
<b>A vencer</b>		
entre 1 e 30 dias	7.039	5.881
entre 31 e 60 dias	53.920	40.328
entre 61 e 180 dias	37.910	29.383
entre 181 e 365 dias	42.114	36.602
acima de 365 dias	97.627	107.940
<b>Total a vencer</b>	<b>238.610</b>	<b>220.134</b>
<b>Total vencidos e a vencer</b>	<b>281.479</b>	<b>251.734</b>

O prazo médio ponderado de parcelamento é de 2 anos, considerando uma média aritmética ponderada entre a data de vencimento das parcelas do contas a receber, a data de emissão da apólice e o prêmio a receber.

##### Prêmios a receber - movimentação

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>286.439</b>	<b>243.179</b>
Prêmios Emitidos	492.933	402.416
Adicional Fracionamento	64	93
Prêmios Cancelados	(127.725)	(58.323)
RVNE	567	4.349
Recebimentos	(335.527)	(305.864)
(Provisão)/Reversão de redução ao valor recuperável incluindo perda efetiva	(2.856)	589
<b>Saldo final</b>	<b>313.895</b>	<b>286.439</b>

#### 8 ATIVOS DE RETROCESSÃO - PROVISÕES TÉCNICAS

Os ativos de retrocessão referem-se aos prêmios de retrocessões diferidos que são constituídos pelo valor dos prêmios cedidos em retrocessão, correspondente ao período restante de cobertura do risco, por saldos de recuperação de sinistros, provisão de sinistros ocorridos mas não avisados e provisão de excedente técnico.

##### a. Prêmios e comissões de retrocessões diferidos

Ramos	31 de dezembro de 2022		
	PPNG	DCD	PPNG líquida
Garantia obrigações públicas	3	(1)	2
Fiança Locatícia	27	(1)	26
Crédito interno	65.104	(23.235)	41.869
Crédito exportação	4.749	(1.566)	3.183
Garantia judicial	55	(21)	34
Garantia segurado setor público	629.094	(257.859)	371.235
Garantia segurado setor privado	64.004	(28.453)	35.551
<b>Subtotal</b>	<b>763.036</b>	<b>(311.136)</b>	<b>451.900</b>
Contrato de retrocessão - garantia de excesso de danos	9.044	-	9.044
<b>Total</b>	<b>772.080</b>	<b>(311.136)</b>	<b>460.944</b>

Ramos	31 de dezembro de 2021		
	PPNG	DCD	PPNG líquida
Garantia obrigações públicas	68	(26)	42
Fiança Locatícia	15	(1)	14
Crédito interno	54.189	(20.592)	33.597
Crédito exportação	4.700	(1.748)	2.952
Garantia judicial	115	(44)	71
Garantia segurado setor público	601.876	(244.802)	357.074
Garantia segurado setor privado	24.052	(10.674)	13.378
<b>Subtotal</b>	<b>685.015</b>	<b>(277.887)</b>	<b>407.128</b>
Contrato de retrocessão - garantia de excesso de danos	7.332	-	7.332
<b>Total</b>	<b>692.347</b>	<b>(277.887)</b>	<b>414.461</b>

##### Movimentação de prêmios e comissões de retrocessões diferidos

	PPNG		DCD	
	2022	2021	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>692.347</b>	<b>562.652</b>	<b>(277.887)</b>	<b>(228.527)</b>
Apropriações	(288.692)	(224.115)	115.121	93.936
Constituições	368.425	353.810	(148.370)	(143.296)
<b>Saldo final</b>	<b>772.080</b>	<b>692.347</b>	<b>(311.136)</b>	<b>(277.887)</b>

##### b. Sinistros pendentes de pagamento/IBNR

	2022	2021
Sin		

# Demonstrações Financeiras 2022

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**Junto Resseguros S.A.**

CNPJ/MF Nº 09.594.758/0001-70

Rua Visconde de Nácar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

#### 9 CONTAS A PAGAR

	2022	2021
<b>Obrigações a pagar</b>	<b>16.797</b>	<b>5.963</b>
Fornecedores	327	303
Honorários, remunerações e gratificações a pagar	1.679	765
JCP e Dividendos propostos a pagar	14.791	4.895
<b>Impostos e encargos sociais a recolher</b>	<b>525</b>	<b>259</b>
Imposto de renda retido de colaboradores	83	45
Imposto de renda retido de terceiros	1	1
Contribuições previdenciárias	432	201
Contribuições para o FGTS	7	7
Outros impostos e encargos sociais	2	5
<b>Encargos trabalhistas</b>	<b>102</b>	<b>98</b>
Férias a pagar	102	98
<b>Impostos e contribuições</b>	<b>18</b>	<b>1.574</b>
Imposto de renda	-	530
Contribuição social	-	882
COFINS	15	139
PIS	3	23
<b>Outras contas a pagar</b>	<b>611</b>	<b>98</b>
<b>Total</b>	<b>18.053</b>	<b>7.992</b>

#### 10 DÉBITOS DE OPERAÇÕES COM RESSEGUROS E RETROCESSÕES

##### a. Prêmios a restituir

Refere-se a prêmios a restituir às seguradoras no valor de R\$ 7.208 em 31 de dezembro de 2022 e R\$ 5.595 em 31 de dezembro de 2021.

##### b. Operações com retrocessionárias

Referem-se aos prêmios de retrocessão cedidos, provisão para riscos vigentes mas não emitidos, ressarcimento de sinistros pagos e prêmio mínimo de contratos de excesso de danos firmados com retrocessionárias.

Ramos	31 de dezembro de 2022				
	Prêmios de Retrocessão	Prêmios de RVNE	Sinistros	Prêmios de excesso de danos	Total
Garantia obrigações privadas	1	-	(134)	3.195	3.062
Garantia obrigações públicas	2.809	-	(80)	-	2.729
Crédito interno	53.304	5.600	3.444	-	62.348
Crédito exportação	2.425	5.899	-	-	8.324
Garantia judicial	-	5	-	-	5
Garantia segurado setor público	159.513	9.194	2.530	849	172.086
Garantia segurado setor privado	15.218	8.086	238	87	23.629
<b>Total</b>	<b>233.270</b>	<b>28.784</b>	<b>5.998</b>	<b>4.131</b>	<b>272.183</b>

Ramos	31 de dezembro de 2021				
	Prêmios de Retrocessão	Prêmios de RVNE	Sinistros	Prêmios de excesso de danos	Total
Garantia obrigações privadas	1	-	-	1.160	1.161
Garantia obrigações públicas	2.735	-	8	(995)	1.748
Crédito interno	40.866	11.468	521	-	52.855
Crédito exportação	3.128	747	-	-	3.875
Garantia judicial	-	9	-	-	9
Garantia segurado setor público	166.588	10.856	806	652	178.902
Garantia segurado setor privado	3.421	5.906	265	62	9.654
<b>Total</b>	<b>216.739</b>	<b>28.986</b>	<b>1.600</b>	<b>879</b>	<b>248.204</b>

#### 11 PROVISÕES TÉCNICAS - RESSEGUADORAS

##### a. Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)

Ramos	31 de dezembro de 2022		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Garantia obrigações públicas	5	(2)	3
Fiança locatícia	2.797	(1.161)	1.636
Crédito interno	65.245	(19.979)	45.266
Crédito exportação	4.773	(1.328)	3.445
Garantia judicial	105	(32)	73
Garantia segurado setor público	726.329	(279.982)	446.347
Garantia segurado setor privado	83.090	(34.642)	48.448
<b>Total</b>	<b>882.344</b>	<b>(337.126)</b>	<b>545.218</b>

Ramos	31 de dezembro de 2021		
	PPNG	DCD	PPNG Líquida
Garantia obrigações públicas	104	(31)	73
Fiança locatícia	1097	(448)	649
Crédito interno	54.267	(17.882)	36.385
Crédito exportação	4.724	(1.513)	3.211
Garantia judicial	223	(67)	156
Garantia segurado setor público	689.411	(264.369)	425.042
Garantia segurado setor privado	34.963	(14.611)	20.352
<b>Total</b>	<b>784.789</b>	<b>(298.921)</b>	<b>485.868</b>

Movimentação provisão de prêmios não ganhos (PPNG) e provisão de despesas de comercialização diferidas (DCD)

	PPNG	DCD
<b>Saldo inicial</b>	<b>784.790</b>	<b>628.887</b>
Apropriações	(447.363)	(364.856)
Constituições	544.917	520.759
<b>Saldo final</b>	<b>882.344</b>	<b>784.790</b>

##### b. Provisão de sinistros a liquidar (PSL)

	2022	2021
<b>Ramos</b>		
Garantia obrigações privadas	48.308	43.053
Garantia obrigações públicas	117.057	120.285
Fiança locatícia	767	767
Crédito interno	29.144	17.759
Crédito exportação	-	401
Garantia segurado setor público	33.308	32.168
Garantia segurado setor privado	41.129	36.287
<b>Total</b>	<b>269.713</b>	<b>250.720</b>

A provisão de sinistros a liquidar contempla sinistros avisados em processo de regulação sendo que a parte a recuperar da retrocessionária, encontra-se no ativo.

##### Movimentação provisão de sinistros a liquidar (PSL)

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>250.720</b>	<b>232.969</b>
Constituição	102.096	61.361
Pagamentos	(49.126)	(50.136)
Reversão	(45.513)	(23.526)
Atualização monetária	11.536	30.052
<b>Saldo final</b>	<b>269.713</b>	<b>250.720</b>

##### c. Provisão de despesas relacionadas (PDR)

	2022	2021
<b>Ramos</b>		
Garantia obrigações privadas	5.218	4.688
Garantia obrigações públicas	950	1.735
Fiança locatícia	26	25
Garantia concessões públicas	1	4
Crédito interno	70	95
Garantia segurado setor público	4.606	4.521
Garantia segurado setor privado	5.942	5.261
<b>Total</b>	<b>16.813</b>	<b>16.329</b>

##### Movimentação provisão de despesas relacionadas (PDR)

	2022	2021
<b>Saldo inicial</b>	<b>16.329</b>	<b>11.513</b>
Constituição	1.924	4.254
Pagamentos	(1.551)	(703)
Reversão	(1.024)	(806)
Atualização monetária	1.135	2.071
<b>Saldo final</b>	<b>16.813</b>	<b>16.329</b>

##### d. Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados (IBNR)

	2022	2021
<b>Ramos</b>		
Fiança locatícia	245	217
Crédito interno	7.057	8.299
Garantia judicial	44	38
Garantia segurado setor público	36.053	31.543
Garantia segurado setor privado	2.905	2.555
<b>Total</b>	<b>46.304</b>	<b>42.652</b>

#### 12 GARANTIA DAS PROVISÕES TÉCNICAS

	2022	2021
<b>Provisões técnicas de resseguros e retrocessões</b>		
Provisão de prêmios não ganhos	545.218	485.868
Provisão de sinistros a liquidar e PDR	286.526	267.049
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados	46.304	42.652
<b>Total</b>	<b>878.048</b>	<b>795.569</b>
Recuperação de sinistros e PDR	(245.427)	(226.638)
Prêmios de retrocessão diferidos	(460.944)	(414.461)
Provisão de sinistros ocorridos mas não avisados retrocessão	(33.623)	(30.519)
Direitos creditórios	(151.206)	(156.731)
Ativos de retrocessão não redutores	203.252	201.223
<b>Total</b>	<b>(687.948)</b>	<b>(627.126)</b>
<b>Total a ser coberto</b>	<b>190.100</b>	<b>168.443</b>
<b>Composição dos ativos vinculados</b>		
Títulos de renda fixa públicos	221.711	212.301
Certificados de depósitos bancários	-	1.056
<b>Total</b>	<b>221.711</b>	<b>213.357</b>
<b>Suficiência de cobertura</b>	<b>31.611</b>	<b>44.914</b>

#### 13 PATRIMÔNIO LÍQUIDO

##### a. Capital social

O capital social da Companhia, totalmente subscrito e integralizado, em 31 de dezembro de 2022 é de R\$ 212.113 dividido em 473.650.441 ações ordinárias nominativas e sem valor nominal pertencente a acionista domiciliado no país (R\$ 212.113 dividido em 473.650.441 em 31 de dezembro de 2021).

##### b. Reservas legais

A reserva legal é constituída ao final de cada exercício na forma prevista na legislação societária brasileira, pela parcela de 5% do lucro líquido do exercício, limitada a 20% do capital social.

##### c. Dividendos

O estatuto social da Companhia determina a distribuição de um dividendo mínimo obrigatório de 25% do resultado do exercício ajustado na forma da lei.

	2022	2021
<b>Cálculo dos dividendos mínimos obrigatórios (25%)</b>		
Lucro líquido do exercício	51.722	20.613
Reserva legal (5%)	2.586	1.031
Base de cálculo para os dividendos mínimos obrigatórios	49.136	19.582
Dividendos mínimos obrigatórios	12.284	4.896
<b>Total dividendos distribuídos</b>	<b>-</b>	<b>4.896</b>
<b>Juros sobre o capital próprio</b>	<b>17.401</b>	<b>-</b>

Em 23 de fevereiro de 2022 a Assembleia Geral Ordinária aprovou o pagamento de dividendos no montante de R\$ 4.896, a título de dividendo mínimo obrigatório e R\$ 14.686, a título de dividendos discricionários, oriundos do exercício de 2021. O pagamento ao acionista Junto Holding Brasil S.A ocorreu em 01 de abril de 2022, dentro do prazo estabelecido em assembleia.

Em 16 de dezembro de 2022, durante Assembleia Geral Extraordinária, foi aprovado o pagamento de juros sobre o capital próprio no valor bruto de R\$ 17.401 (o imposto de renda retido na fonte foi de R\$ 2.610), referente ao resultado do exercício de 2022, a serem pagos à acionista única Junto Holding Brasil S.A. até o dia 28 de fevereiro de 2023. A distribuição ora aprovada integrou o dividendo obrigatório devido aos acionistas.

##### d. Ajustes com títulos e valores mobiliários

Ajustes com títulos e valores mobiliários incluem a variação líquida acumulada do valor justo de ativos financeiros disponíveis para venda até que os ativos sejam desreconhecidos ou sofram perda por redução no valor recuperável.

Os valores registrados em ajustes com títulos e valores mobiliários são reclassificados para o resultado do exercício integral ou parcialmente, quando da alienação dos ativos/passivos a que eles se referem.

#### 14 DEMONSTRATIVO DA SUFICIÊNCIA DO PLA E SUFICIÊNCIA DE CAPITAL

Nos termos da Resolução CNSP nº 432/21 e alterações posteriores, as sociedades resseguradoras deverão apresentar patrimônio líquido ajustado (PLA) igual ou superior ao capital mínimo requerido (CMR), de acordo com os níveis de cobertura definidos pelo normativo.

	2022	2021
<b>Patrimônio Líquido (a)</b>	<b>288.067</b>	<b>267.363</b>
(-) Despesas antecipadas	(239)	-
(-) Ativos intangíveis	(4)	(4)
(-) Obras de arte	-	(7)
<b>1. Ajustes contábeis (b)</b>	<b>(243)</b>	<b>(11)</b>
(-) Diferença entre o valor de mercado e o valor contábil dos ativos mantidos até o vencimento	-	(14)
<b>2. Ajustes associados à variação dos valores econômicos (c)</b>	<b>-</b>	<b>(14)</b>
PLA - nível I (*)	287.574	267.266
PLA - nível II	-	-
PLA - nível III	250	72
<b>Subtotal PLA - nível (d)</b>	<b>287.824</b>	<b>267.338</b>
Limitador no mínimo 50% do CMR serão cobertos por PLA de nível 1	287.574	267.266
Limitador no máximo 15% do CMR serão cobertos por PLA de nível 3	-	-
Limitador no máximo 50% do CMR serão cobertos pela soma do PLA de nível 2 e nível 3	-	-
<b>Subtotal PLA - limitador (e)</b>	<b>287.574</b>	<b>267.266</b>

	2022	2021
<b>3. Ajustes do excesso de PLA de Nível 2 e PLA de nível 3 (f = e - d)</b>	<b>-</b>	<b>-</b>
<b>4. PLA (Total) = PL + Ajust. cont.+ Ajust. Econ. + Ajust. Do Exc. De Nível 2 e 3 (g = a+b+c+f)</b>	<b>287.824</b>	<b>267.338</b>
<b>5. Capital mínimo requerido</b>		
Capital base (CB)	60.000	60.000
<b>Capital de risco (subscrição, crédito, mercado e operacional) (CR)</b>		
Capital de risco de subscrição	10.191	7.317
Capital de risco de crédito	18.066	18.107
Capital de risco operacional	3.600	3.262
Capital de risco de mercado	3.281	5.821
Correlação entre os riscos	(5.625)	(6.310)
<b>Capital mínimo requerido</b>	<b>29.512</b>	<b>28.197</b>
<b>Capital mínimo requerido (CMR) - maior entre (CB) e (CR) (h)</b>	<b>60.000</b>	<b>60.000</b>
<b>Suficiência de capital (i = g - h)</b>	<b>227.824</b>	<b>207.338</b>
<b>Suficiência de capital (j = g / h)</b>	<b>380%</b>	<b>346%</b>
<b>Índice de solvência (j = g / h)</b>	<b>480%</b>	<b>446%</b>

(\*) Inclui os ajustes determinados no parágrafo 13 no artigo 56 da Resolução CNSP 432.

#### 15 DETALHAMENTO DAS CONTAS DO RESULTADO

##### Principais ramos de atuação

##### a. Prêmios ganhos

Ramos	2022	2021
Garantia financeira	-	(12)
Garantia obrigações privadas	2.187	(296)
Garantia obrigações públicas	(216)	(625)
Fiança locatícia	404	198
Garantia concessões públicas	-	(111)
Crédito interno	75.395	63.406
Crédito exportação	10.275	3.727
Garantia judicial	72	70
Garantia segurado setor público	170.098	149.533
Garantia segurado setor privado	24.972	12.943
<b>Total</b>	<b>283.187</b>	<b>228.833</b>

##### b. Sinistralidade (sinistros ocorridos sobre o prêmio ganho bruto de retrocessão)

Ramos	2022		2021	
	Sinistros ocorridos	% sinistralidade sobre o prêmio ganho	Sinistros ocorridos	% sinistralidade sobre o prêmio ganho
Garantia obrigações privadas	(26)	(1)	(7.365)	2.488
Garantia obrigações públicas	394	(182)	(4.085)	654
Fiança locatícia	(30)	(7)	171	86
Crédito interno	(35.232)	(47)	(14.570)	(23)
Crédito exportação	(1.010)	(10)	599	(16)
Garantia judicial	(5)	(7)	3	(4)
Garantia segurado setor público	(15.053)	(9)	1.324	(1)
Garant				



# Demonstrações Financeiras 2022

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**Junto Resseguros S.A.**

CNPJ/MF Nº 09.594.758/0001-70

Rua Visconde de Nacar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação

### NOTAS EXPLICATIVAS ÀS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

(Em milhares de Reais)

**e. Despesas administrativas**

	2022	2021
Pessoal próprio	(5.012)	(2.944)
Serviços de terceiros	(6.117)	(4.751)
Localização e funcionamento	(702)	(601)
Despesas com publicações	(63)	(39)
Donativos e contribuições	(607)	(408)
Outras despesas administrativas	—	(25)
<b>Total</b>	<b>(12.501)</b>	<b>(8.768)</b>

**f. Despesa com tributos**

	2022	2021
Impostos federais	(5.601)	(4.758)
Impostos estaduais	(4)	(4)
Impostos municipais	(26)	(16)
Contribuições para a COFINS	(2.466)	(1.767)
Contribuições para o PIS	(401)	(287)
Taxa de fiscalização	(620)	(699)
<b>Total</b>	<b>(9.118)</b>	<b>(7.531)</b>

**g. Resultado financeiro**

	2022	2021
<b>Receitas financeiras</b>		
Receitas com títulos de renda fixa privados	3.944	4.197
Receitas com títulos de renda fixa públicos	30.941	9.486
Receitas com fundos de investimentos	2.205	957
Receitas com resseguros e retrocessões	9.067	20.444
Outras receitas financeiras	1	7
<b>Total</b>	<b>46.158</b>	<b>35.091</b>
<b>Despesas financeiras</b>		
Despesas com resseguros e retrocessões	(12.639)	(30.801)
Despesas com impostos e contribuições sobre transações financeiras	(890)	(922)
Outras despesas financeiras	(11)	(40)
<b>Total</b>	<b>(13.540)</b>	<b>(31.763)</b>
<b>Total resultado financeiro</b>	<b>32.618</b>	<b>3.328</b>

**16 IMPOSTO DE RENDA E CONTRIBUIÇÃO SOCIAL**
**a. Imposto de renda e contribuição social incidentes sobre as operações do exercício**

	2022	2021
<b>Resultado antes da tributação sobre o lucro e participações</b>	<b>78.969</b>	<b>36.671</b>
Alíquota nominal	41%	45%
Impostos à alíquota nominal	(32.377)	(16.501)
Provisão para participação nos lucros	699	179
Efeito dos incentivos fiscais	371	248
Adições permanentes	—	(11)
Recuperação de impostos de anos anteriores	—	(3)
Efeito do destaque de JCP	7.134	—
Efeito da majoração parcial da CSLL (a)	336	865
<b>Imposto de renda e contribuição social</b>	<b>(23.837)</b>	<b>(15.223)</b>
Imposto de renda e contribuição social corrente	(24.015)	(14.900)
Imposto de renda e contribuição social diferidos	178	(323)
Alíquota efetiva	39%	42%

(a) Refere-se ao efeito da majoração da CSLL de 15% para 20% durante o período de 01/07 a 31/12/2021, determinada pela Lei nº 14.183, de 14 de julho de 2021 e majoração da CSLL de 15% para 16% durante o período de 01/08 a 31/12/2022, determinada pela Lei nº 14.446/2022. Em decorrência do curto período de vigência da elevação da alíquota da CSLL, não houve impacto relevante nas demonstrações financeiras.

**b. Origem dos créditos tributários de imposto de renda e contribuição social diferidos**

	2021	Constituição	Realização	2022
Provisão para créditos de liquidação duvidosa	49	159	—	208
Provisões cíveis	23	—	(12)	11
Outros créditos (PDD Sinistros)	—	31	—	31
<b>Total dos créditos tributários sobre diferenças temporárias</b>	<b>72</b>	<b>190</b>	<b>(12)</b>	<b>250</b>
<b>Total dos créditos tributários</b>	<b>72</b>	<b>190</b>	<b>(12)</b>	<b>250</b>

O registro contábil dos créditos tributários foi efetuado pelas alíquotas aplicáveis ao período previsto de sua realização e está baseado na projeção de resultados futuros e em estudo técnico.

**c. Projeção de realização dos créditos tributários sobre as diferenças tributárias temporárias.**

Ano	IRPJ	CSLL
Realização em 2023	95	56
Realização em 2024	50	30
Realização em 2025	5	3
Realização em 2026	7	4
	<b>157</b>	<b>93</b>

**17 TRANSAÇÕES COM PARTES RELACIONADAS**

A Companhia efetuou operações com partes relacionadas pertencentes ao Grupo J. Malucelli e Grupo Junto Seguros. Os principais saldos na data do balanço, bem como as receitas (despesas) do exercício, estão apresentados a seguir:

	2022	2021
<b>Ativo</b>		
<b>Prêmios de Resseguro</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	201.475	204.778
<b>Ativos de retrocessão - prêmios de retrocessão diferidos</b>		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	18.847	13.434
<b>Total</b>	<b>220.322</b>	<b>218.212</b>
<b>Passivo</b>		
<b>JCP e Dividendos a pagar</b>		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	17.401	4.895
<b>Outras contas a pagar</b>		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	546.919	(3)
Fundo Paraná de Previd. Multipatrocinada - Ligada (iv)	—	2
<b>Prêmios de Retrocessão</b>		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	5.558	6.767
<b>Provisão de prêmios não ganhos (PPNG)</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	475.911	425.521
<b>Provisão de sinistros a liquidar (PSL)</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	254.740	246.426
<b>Total</b>	<b>1.300.529</b>	<b>683.608</b>

	2022	2021
<b>Demonstração do resultado</b>		
<b>Prêmios emitidos líquidos</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	245.706	256.710
<b>Prêmios de retrocessão cedidos</b>		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	27.886	19.076
<b>Varição das despesas de retrocessão</b>		
Travelers Casualty And Surety Company of America (v)	(21.072)	(14.848)
<b>Variáveis das provisões técnicas</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	(50.615)	(93.463)
<b>Sinistros ocorridos</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	(13.773)	(26.910)
<b>Outras receitas e despesas operacionais</b>		
Junto Seguros S.A. - Ligada (i)	—	(2.810)
<b>Despesas administrativas</b>		
Junto Holding Brasil S.A. - Controladora (ii)	(5.024)	(2.992)
Fundo Paraná de Previd. Multipatrocinada - Ligada (iv)	(62)	(20)
Porto de Cima Participações e Serviços S.A. (Ligada)	—	(22)
<b>Taxa administrativa investimentos</b>		
4UM Gestão de Recursos Ltda - Ligada (iii)	(481)	(403)
<b>Total</b>	<b>182.565</b>	<b>134.318</b>

(i) As transações com a ligada Junto Seguros S.A. referem-se às operações de resseguros.  
(ii) As transações com a controladora Junto Holding Brasil S.A. referem-se ao ressarcimento de custos de estrutura à qual compreende serviços administrativos comuns às suas subsidiárias, cujos principais objetivos destacam-se a eficiência operacional e redução de custos. Os critérios de alocação destes custos são determinados, principalmente, pelo tempo alocado nas atividades realizadas pela controladora às suas subsidiárias. Os saldos também incluem valores a pagar de dividendos e juros sob o capital próprio.  
(iii) Referem-se às despesas com taxa de administração das carteiras de aplicações financeiras.  
(iv) Referem-se às transações relacionadas ao convênio do plano de benefícios.  
(v) Referem-se às operações de retrocessão com a empresa ligada à acionista da controladora da Companhia.

**Remuneração dos administradores**  
As despesas com honorários de diretoria no montante de R\$ 2.340 (R\$ 1.281 em 31 de dezembro de 2021) estão registradas na rubrica "Despesas administrativas - pessoal próprio". Aos Administradores também foi destinado, a título de remuneração variável o montante de R\$ 2.710 (R\$ 738 em 31 de dezembro de 2021).

**18 OUTRAS INFORMAÇÕES**

**a. Participação dos colaboradores nos resultados**  
A Companhia possui programa de participação nos resultados para seus colaboradores conforme previsto no "Acordo coletivo de trabalho específico sobre a participação dos empregados, nos lucros e resultados da Junto Resseguros S.A.". Tais despesas são registradas no resultado do exercício na rubrica "Participações sobre o resultado", o saldo dessa despesa é de R\$ 700 (R\$ 97 em 31 de dezembro de 2021).

**b. Plano de aposentadoria complementar**  
A Companhia é patrocinadora de um plano de aposentadoria complementar para os seus colaboradores, que aderiram ao referido plano, na modalidade de contribuição definida, no regime financeiro de capitalização. A Companhia é responsável por custear somente as despesas administrativas e os custos relativos ao prêmio de seguro de benefícios de morte e invalidez dos participantes. As contribuições totalizaram R\$ 5 (R\$ 2 em 31 de dezembro de 2021). As contribuições relativas à acumulação das obrigações do plano são inteiramente custeadas pelos participantes.

**19 EVENTO SUBSEQUENTE**

Em 30 de janeiro de 2023, a Companhia realizou o pagamento do montante integral do Juros sobre o Capital Próprio, provisionado em 31 de dezembro de 2022, conforme nota explicativa nº 13.c.

**DIRETORIA**
**Gustavo Henrich**  
Diretor Presidente

**Elisa Francielli Marchi**  
Diretora Administrativa Financeira

**Diego Marins Massara**  
Diretor Jurídico e de Compliance

**Eduardo de Oliveira Nóbrega**  
Diretor Técnico

**ATUÁRIO RESPONSÁVEL**
**Pedro José Ribeiro Coutinho**  
MIBA - 3076

**CONTADOR RESPONSÁVEL**
**Hilário Mario Walesko**  
CRC-PR 29.585/O-9

**RELATÓRIO DO COMITÊ DE AUDITORIA - EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022**

Aos Diretores e Acionistas da JUNTO RESSEGUROS S.A.

O Comitê de Auditoria ("Comitê") da JUNTO RESSEGUROS S.A. ("Junto Resseguros" ou "Companhia") é um órgão estatutário subordinado ao Diretor Presidente e a Assembleia Geral de Acionistas, instituído em 30 de março de 2013, e cujo funcionamento obedece a seu regimento interno.

O Comitê foi instituído em linha com as políticas de governança corporativa adotadas pela Companhia e em obediência e consonância com os preceitos e normas instituídos pelo Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP). O Comitê é composto por membros independentes eleitos pela Assembleia Geral de Acionistas e que atendem integralmente aos requisitos estabelecidos pelo CNSP, tendo suas indicações sido homologadas pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

Compete ao Comitê de Auditoria apoiar a diretoria em suas atribuições de zelar pela qualidade e integridade das demonstrações financeiras, pelo cumprimento das exigências legais e regulamentares, pela atuação, independência e qualidade dos trabalhos dos auditores independentes e da auditoria interna e pela qualidade e efetividade dos sistemas de controles internos e de gestão de riscos.

A responsabilidade pela elaboração das demonstrações financeiras, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades supervisionadas pela SUSEP, é da administração da Companhia. Também é de sua responsabilidade, o estabelecimento de procedimentos que assegurem a qualidade das informações e dos processos utilizados na preparação das demonstrações financeiras, o gerenciamento dos riscos das operações, a implementação e supervisão das atividades de controle interno e de conformidade (compliance) com a legislação e a regulamentação que regem a sua atividade.

As avaliações do Comitê baseiam-se nas informações recebidas da Administração, dos auditores independentes, da auditoria interna, dos responsáveis pelo gerenciamento de riscos e de controles internos, e nas suas próprias análises, decorrentes de seu trabalho, ao longo do exercício de 2022.

**Principais Atividades do Comitê**

O Comitê atua através da realização de reuniões periódicas, na sede da Companhia ou por vídeo conferência, canal este usado com frequência após o advento da pandemia de Covid-19, com representantes designados pela Administração para prestar informações e responder aos questionamentos formulados. O Comitê acompanha e revisa, à distância, os documentos e informações a ele submetidos.

As atividades do Comitê, no exercício de 2022 até esta data, incluíram:

a) Reuniões com os executivos das áreas de Contabilidade, Controladoria, Financeiro e Investimentos, Atuarial, Compliance e Controles Internos, Operações (Comercial & Marketing), Ouvidoria, Jurídico, Tecnologia da Informação (Infraestrutura e segurança da informação) e áreas operacionais, bem como com os profissionais responsáveis pela Auditoria Interna, e com os Auditores Independentes.

b) Acompanhamento das atividades executadas pela Administração relacionadas à avaliação e gerenciamento de riscos e gestão do sistema de controles internos, ao cumprimento de normas, externas e internas, da Companhia.

c) Avaliação das demonstrações financeiras e discussão com a Administração da Companhia e com seus Auditores Independentes, sobre as práticas contábeis relevantes adotadas, as informações divulgadas, o tratamento das questões contábeis críticas, os controles internos, e o cumprimento das normas legais e regulamentares mais relevantes.

d) Análise dos relatórios dos Auditores Independentes sobre as demonstrações financeiras

**PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES**

Aos Administradores e Acionistas da Junto Resseguros S.A.

**Escopo da Auditoria**

Examinamos as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com retrocessórios relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da Junto Resseguros S.A. - "Companhia", em 31 de dezembro de 2022, elaborados sob a responsabilidade de sua Administração, em conformidade com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

**Responsabilidade da Administração**

A Administração da Companhia é responsável pelas provisões técnicas, pelos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras e pelos demonstrativos do capital mínimo requerido, valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, créditos com retrocessórios relacionados a sinistros e despesas com sinistros, indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica

do patrimônio líquido ajustado e limites de retenção elaborados de acordo com os princípios atuariais divulgados pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA e com as normas da Superintendência de Seguros Privados - SUSEP, e pelos controles internos que ela determinou serem necessários para permitir a sua elaboração livre de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

**Responsabilidade da Auditoria Independente**

Nossa responsabilidade é a de expressar uma opinião sobre os itens auditados, relacionados no parágrafo de introdução a este parecer, com base em nossa auditoria atuarial, conduzida de acordo com os princípios atuariais emitidos pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA. Estes princípios atuariais requerem que a auditoria atuarial seja planejada e executada com o objetivo de obter segurança razoável de que os respectivos itens auditados estão livres de distorção relevante.

Uma auditoria atuarial envolve a execução de procedimentos selecionados para obtenção de evidência a respeito dos valores das provisões técnicas e dos ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras, dos demonstrativos do capital mínimo requerido, dos valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, dos

créditos com retrocessórios relacionados a sinistros e despesas com sinistros, da análise dos indicadores de solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e dos limites de retenção. Os procedimentos selecionados dependem do julgamento do atuário, incluindo a avaliação dos riscos de distorção relevante independentemente se causada por fraude ou erro. Nessas avaliações de risco, o atuário considera que os controles internos da Junto Resseguros S.A. são relevantes para planejar os procedimentos de auditoria atuarial que são apropriados às circunstâncias, mas não para fins de expressar uma opinião sobre a efetividade desses controles internos.

Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião de auditoria atuarial.

**Opinião**

Em nossa opinião, as provisões técnicas e os ativos de retrocessão registrados nas demonstrações financeiras, os demonstrativos do capital mínimo requerido, os valores redutores da necessidade de cobertura das provisões técnicas, os créditos com retrocessórios relacionados a sinistros e despesas com sinistros, os indicadores de



# Demonstrações Financeiras 2022

## EXERCÍCIO FINDO EM 31 DE DEZEMBRO DE 2022

**Junto Resseguros S.A.**  
CNPJ/MF Nº 09.594.758/0001-70  
Rua Visconde de Nácar, 1440 | Curitiba/PR

→ continuação



### PARECER DOS AUDITORES ATUARIAIS INDEPENDENTES

solvência regulatória, incluindo os ajustes associados à variação econômica do patrimônio líquido ajustado e os limites de retenção da **Junto Resseguros S.A.** em 31 de dezembro de 2022 foram elaborados, em todos os aspectos relevantes, de acordo com as normas e orientações emitidas pelos órgãos reguladores e pelo Instituto Brasileiro de Atuária - IBA.

#### Outros assuntos

No contexto de nossas responsabilidades acima descritas, considerando a avaliação de riscos de distorção relevante nos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, também aplicamos selecionados procedimentos de auditoria sobre as bases de dados

fornecidas pela Companhia e utilizadas em nossa auditoria atuarial, com base em testes aplicados sobre amostras. Consideramos que os dados selecionados em nossos trabalhos são capazes de proporcionar base razoável para permitir que os referidos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo estejam livres de distorção relevante.

Adicionalmente, também a partir de selecionados procedimentos, com base em testes aplicados sobre amostras, observamos que existe correspondência desses dados, que serviriam de base para apuração dos itens integrantes do escopo definido no primeiro parágrafo, com aqueles encaminhados à SUSEP por meio dos respectivos Quadros

Estadísticos e FIP (exclusivamente nos quadros concernentes ao escopo da auditoria atuarial), para o exercício auditado, em seus aspectos mais relevantes.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023

**Eder Gerson Aguiar de Oliveira** - Atuário MIBA 630  
**Atuária Brasil Assessoria, Consultoria e Auditoria S/S Ltda.** - CIBA 0087  
CNPJ 06.114.280/0001-45 - Sede Própria: Rua General Câmara nº 236,  
Conj. 601 - POA/RIS



### RELATÓRIO DOS AUDITORES INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES FINANCEIRAS

**Aos Acionistas e Administradores da Junto Resseguros S.A.**  
Curitiba - PR

#### Opinião

Examinamos as demonstrações financeiras da Junto Resseguros S.A. (Companhia), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2022 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, compreendendo as políticas contábeis significativas e outras informações elucidativas.

Em nossa opinião, as demonstrações financeiras acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Junto Resseguros S.A. em 31 de dezembro de 2022, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros Privados - SUSEP.

#### Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações financeiras". Somos independentes em relação à Companhia, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

**Outras informações que acompanham as demonstrações financeiras e o relatório dos auditores**

A Administração da Companhia é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração.

Nossa opinião sobre as demonstrações financeiras não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações financeiras, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações financeiras ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

**Responsabilidades da administração e da governança pelas demonstrações financeiras**

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às instituições autorizadas a funcionar pela Superintendência de Seguros

Privados - SUSEP e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações financeiras, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Companhia continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações financeiras, a não ser que a administração pretenda liquidar a Companhia ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Companhia são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações financeiras.

#### Responsabilidades dos auditores pela auditoria das demonstrações financeiras

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações financeiras, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações financeiras.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Determinamos a materialidade de acordo com o nosso julgamento profissional. O conceito de materialidade é aplicado no planejamento e na execução de nossa auditoria, na avaliação dos efeitos das distorções identificadas ao longo da auditoria, das distorções não corrigidas, se houver, sobre as demonstrações financeiras como um todo e na formação da nossa opinião.

- A determinação da materialidade é afetada pela nossa percepção sobre as necessidades de informações financeiras pelos usuários das demonstrações financeiras. Nesse contexto, é razoável que assumamos que os usuários das demonstrações financeiras: (i) possuem conhecimento razoável sobre os negócios, as atividades comerciais e econômicas da Companhia e a disposição para analisar as informações das demonstrações financeiras com diligência razoável; (ii) entendem que as demonstrações financeiras são elaboradas, apresentadas e auditadas considerando níveis de materialidade; (iii) reconhecem as incertezas inerentes à mensuração de valores com base no uso de estimativas, julgamento e consideração de eventos futuros; e (iv) tomam decisões econômicas razoáveis com base nas informações das demonstrações financeiras.

- Ao planejarmos a auditoria, exercemos julgamento sobre as distorções que seriam consideradas relevantes. Esses julgamentos fornecem a base para determinarmos: (a) a natureza, a época e a extensão de procedimentos de avaliação de risco; (b) a identificação e avaliação dos riscos de distorção relevante; e (c) a natureza, a época e a extensão de procedimentos adicionais de auditoria.

- A determinação da materialidade para o planejamento envolve o exercício de julgamento profissional. Aplicamos frequentemente uma porcentagem a um referencial selecionado como ponto de partida para determinarmos a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo. A materialidade para execução da auditoria significa o valor ou os valores fixado(s) pelo auditor, inferior(es) ao considerado relevante para as demonstrações financeiras como um todo, para adequadamente reduzir a um nível baixo a probabilidade de que as distorções não corrigidas e não detectadas em conjunto excedam a materialidade para as demonstrações financeiras como um todo.

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações financeiras, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.

- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Companhia.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.

- Concluimos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Companhia. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar a atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações financeiras ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Companhia a não mais se manter em continuidade operacional.

- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações financeiras, inclusive as divulgações e se as demonstrações financeiras representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamos-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Curitiba, 16 de fevereiro de 2023



**KPMG Auditores Independentes**  
CRC SP-014428/O-6 F-PR

**Érika Carvalho Ramos**  
Contadora CRC 1SP224130/O-0

[www.juntoseguros.com](http://www.juntoseguros.com)



# Referência em Seguro Garantia há mais de 30 anos

